

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/PB

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2010**

**JOÃO PESSOA
PARAÍBA
2011**



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

O presente documento trata do Relatório de Gestão do exercício 2010 da Fundação Nacional de Saúde: Superintendência Estadual da Paraíba. Foi elaborado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, pela Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria do Tribunal de Contas da União – TCU nº 277/2010 e pela Portaria da Controladoria Geral da União – CGU nº 2.546/2010.

**JOÃO PESSOA
PARAÍBA
2011**

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Informações sobre a identificação da unidade jurisdicionada.	11
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão individual	11
1.2 Qualificação da Superintendência Estadual da Paraíba	12
2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade	13
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	13
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	15
2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ	17
2.3.1 Quadro Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ	42
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	58
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	58
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	58
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	59
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	59
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	60
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	62
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	62
2.4.2.1.1 Despesa por modalidade de contratação	63
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	64
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	64
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	65
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	67
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	67
2.4.3 Indicadores Institucionais	70
3. Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	76
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	76
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	76
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	77
5. Informações sobre recursos humanos da unidade	77
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	78
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	80
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	81
5.4 Quadro de custos de recursos humanos	82
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	83
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	85
6. Informações sobre transferências	86
6.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencia	86
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	86
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	87
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que	87

	vigência no exercício de 2011 e seguintes	
6.1.4	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	88
6.1.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	89
7.	Registros atualizados no Sistema SIASG E SICONV	92
8	Declarações de bens e rendas	93
9.	Informações sobre o funcionamento dos Sistema de Controle Interno da UJ	93
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	94
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	100
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	100
11.	Informações sobre gestão de patrimônio imobiliário	104
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	104
12.	Informações sobre gestão de Tecnologia da Informação (TI)	106
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	106
13.	Utilização de cartões de pagamento	107
14.	Renúncia tributária	107
15.	Providências adotadas para atender as deliberações do TCU	107
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	108
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	111
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	111
15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	112
16.	Informações contábeis da gestão	113
	Considerações finais	114

LISTA DE TABELA

TABELA 1	Identificação do Programa de Governo - 0122	17
TABELA 2	Ação 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	17
TABELA 3	Identificação da Subação 20AF	18
TABELA 4	Ação 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos.	18
TABELA 5	Identificação da subação 7656	18
TABELA 6	Ação 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	19
TABELA 7	Identificação da subação 10GD	19
TABELA 8	Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico	20
TABELA 9	Identificação da subação 10GE	21
TABELA 10	Ação 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	21
TABELA 11	Identificação da subação 6908	22
TABELA 12	Programa 1287 – Saneamento Rural	23
TABELA 13	Ação 10GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"	24
TABELA 14	Identificação da subação 10GC	24
TABELA 15	Ação 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	25
TABELA 16	Identificação da subação 7684	25
TABELA 17	Ação 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	26
TABELA 18	Identificação da subação 3921	26
TABELA 19	Ação 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.	27
TABELA 20	Identificação da subação 7656	28
TABELA 21	Programa 1036 - Integração das Bacias Hidrográficas	28
TABELA 22	Ação 10TA – Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	28
TABELA 23	Identificação da subação 10TA	29
TABELA 24	Programa 8007 - Resíduos Sólidos Urbanos	29
TABELA 25	Ação 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema	30

	Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
TABELA 26	Ação 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	30
TABELA 27	Programa 0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	31
TABELA 28	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	32
TABELA 29	Ação 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.	32
TABELA 30	Identificação da subação 6140	32
TABELA 31	Ação 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	33
TABELA 32	Identificação da subação 8743 - Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS no Dsei Potiguara/PB	33
TABELA 33	Identificação da subação 8743 - Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena	33
TABELA 34	Identificação da subação 8743 - Implantação das ações da Vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis.	34
TABELA 35	Identificação da subação 8743 - Implementação das Ações de Saúde da Mulher e Criança Indígena.	35
TABELA 36	Identificação da subação 8743 – Implementação das ações de imunização nas aldeias Potiguara.	35
TABELA 37	Identificação da subação 8743 - Implementação das ações de controle da Tuberculose nas áreas indígenas.	36
TABELA 38	Identificação da subação 8743 – Implantação das Ações de Assistência Farmacéutica para o Subsistema Indígena	36
TABELA 39	Identificação da subação 8743 – Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena	36
TABELA 40	Identificação da subação 8743 – Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena SIASI	37
TABELA 41	Identificação da subação 8743 – Promoção da educação em saúde e mobilização social em área indígena	37
TABELA 42	Identificação da subação 8743 – Implementação de Ações de Atenção à Saúde Bucal para a população Indígena.	37
TABELA 43	Programa 0016 - Gestão da Política de Saúde	38
TABELA 44	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	38

TABELA 45	Identificação da subação 4572	38
TABELA 46	Programa 0750 - Apoio Administrativo	39
TABELA 47	Ação 2000 - Administração da Unidade	39
TABELA 48	Identificação da subação 2000 - Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.	39
TABELA 49	Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.	40
TABELA 50	Identificação da subação 20CW.	41
TABELA 51	Identificação da subação 2000 - Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental.	41
TABELA 52	Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ.	44
TABELA 53	Indicadores da área de comunicação e educação em saúde	71
TABELA 54	Indicadores de saneamento ambiental	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.3	Identificação das Unidades Orçamentárias	58
QUADRO 2.4	Programação de Despesas Correntes	58
QUADRO 2.5	Programação de Despesas Capital	59
QUADRO 2.6	Quadro resumo da programação de despesas	59
QUADRO 2.7	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	60
QUADRO 2.8	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	63
QUADRO 2.9	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	63
QUADRO 2.10	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	64
QUADRO 2.11	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	65
QUADRO 2.12	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	67
QUADRO 2.13	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	69
QUADRO 3.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	77
QUADRO 4.1	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	78
QUADRO 5.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	78
QUADRO 5.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	79

QUADRO 5.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	79
QUADRO 5.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	80
QUADRO 5.5	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	81
QUADRO 5.6	Composição do Quadro de Estagiários	81
QUADRO 5.7	- Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	82
QUADRO 5.8	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	84
QUADRO 5.9	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	84
QUADRO 5.10	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	84
QUADRO 6.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	86
QUADRO 6.2	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	87
QUADRO 6.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	87
QUADRO 6.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.	88
QUADRO 6.5	Informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante.	89
QUADRO 9.1	Sistema de Controle Interno - Estrutura de controles internos da UJ	93
QUADRO 10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	100
QUADRO 11.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	103
QUADRO 11.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	104
QUADRO 11.3	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	104
QUADRO 13	Utilização de Cartões de Pagamento	106
QUADRO 15.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	107
QUADRO 15.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	110
QUADRO 15.3	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	110
QUADRO 15.4	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	111
QUADRO 16.1	Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa	112
QUADRO 16.2	Declaração do Contador com Ressalva	113

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I	Percentual de respostas emitidas pela Divisão, Serviços e Seções da UJ (Suest/PB) referentes ao - Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.	99
GRÁFICO II	Percentual de respostas emitidas pela Divisão, Serviços e Seções da UJ (Suest/PB) referentes ao - Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.	103

Introdução

O presente documento trata do Relatório de Gestão do exercício 2010 da Fundação Nacional de Saúde: Superintendência Estadual da Paraíba. Foi elaborado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, pela Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria do Tribunal de Contas da União – TCU nº 277/2010 e pela Portaria da Controladoria Geral da União – CGU nº 2.546/2010.

Além dos referidos atos normativos, orientações complementares, editadas pela CGU, seguindo também as instruções contidas no Roteiro de Elaboração para o Relatório de Gestão/2010 elaborados pela Equipe da Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPLA da Presidência da Funasa.

Durante o processo de elaboração desse Relatório, a Assessoria de Planejamento contou com a participação de todos os serviços, seções e setores integrantes da estrutura regimental desta Superintendência Estadual.

Este relatório apresenta em seu conteúdo itens, quadros e ou tabelas que não dispõe de informações/respostas e que estão descritas da seguinte forma - “*não se aplica a esta UJ*” e “*não houve ocorrência no período*”, assim, para melhor visualização e leitura deste documento, dispomos abaixo a relação dos respectivos itens que:

➤ **Não se aplica a esta UJ:**

- Quadro 2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias;
- Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes;
- Quadro 2.5 - Programação de Despesas Capital;
- Quadro 2.6 – Quadro resumo da programação de despesas;
- Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ;
- Quadro 2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ;
- Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ;
- 6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência;
- 6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios;
- 6.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes;
- Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios;
- - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes;
- Quadro 11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
- 12. Informações sobre Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
- 14. Renúncia tributária
- 16.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.

➤ **Não houve ocorrência no período:**

- Quadro 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Quadro 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício;
- Quadro 15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI;
- Quadro 15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

1 Informações sobre a identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual da Paraíba			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST/PB			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255015	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde, Federal, Estadual e Municipal.			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Gabinete	(083) 3216-2415	(083) 3216-2418	Fax (083) 3216-2461
E-mail: corepb.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Prof. Geraldo Von Shosten, 285, Jaguaribe, CEP: 58.015-190, João Pessoa/PB.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa. E pelo Decreto 7.335 de 19/10/2010 – que aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas dá outras providências e altera a estrutura organizacional da Fundação Nacional de Saúde.			

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	Bruno Romano do Amorim Gaudêncio
População do Estado	3.766.834 habitantes (censo 2010)
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	223
População Indígena do Estado	15.120 índios

Caso a SUEST possua Distrito Sanitário Especial Indígena em sua estrutura, cada Dsei deverá ser qualificado em separado, com as seguintes informações:

Nome do Dsei	Potiguara
População Indígena abrangida pelo Dsei	12.569 índios
Número de Pólos-Base	03
Número de Casais	Não tem
Número de Aldeias	30
Etnias Indígenas	01 – Etnia Potiguara

2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Funasa, órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas. Na área de Engenharia de Saúde Pública, a Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A Funasa presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental. Os investimentos visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

A Funasa está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas e fazendo obras de engenharia em habitações visando o controle da doença de chagas.

Faz parte das prioridades da Funasa à promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) a Funasa respeita o pacto federativo nacional promovendo o fortalecimento das instituições estaduais, regionais e municipais com o aporte de recursos que desonerem as tarifas municipais e promovam a universalização do atendimento dos serviços e utilizem ferramentas de abrangência regional sempre que se mostrar necessário.

A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que se vão desenvolver mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento e Saúde Ambiental. Assim, para o fiel cumprimento de sua missão institucional, como agente qualificado de saúde pública no país, a Funasa atua mediante os seguintes objetivos estratégicos para a área de saneamento ambiental:

1. Elaborar Plano Diretor para atuação do Setor Saúde em Saneamento integrado ao Sistema Único de Saúde - SUS;
2. Constituir Rede de Parceiros facilitadora das ações da Funasa em saneamento;
3. Desenvolver modelos de gestão em saneamento, voltados para municípios de pequeno e médio porte;
4. Universalizar o acesso aos serviços de saneamento junto às populações indígenas e áreas de interesse especial;
5. Ampliar a oferta dos serviços de saneamento ambiental nos municípios de pequeno e médio porte, de modo a alcançar as metas do milênio em saneamento;

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas mediante os seguintes objetivos estratégicos:

1. Formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
2. Controlar a qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
3. Dar apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

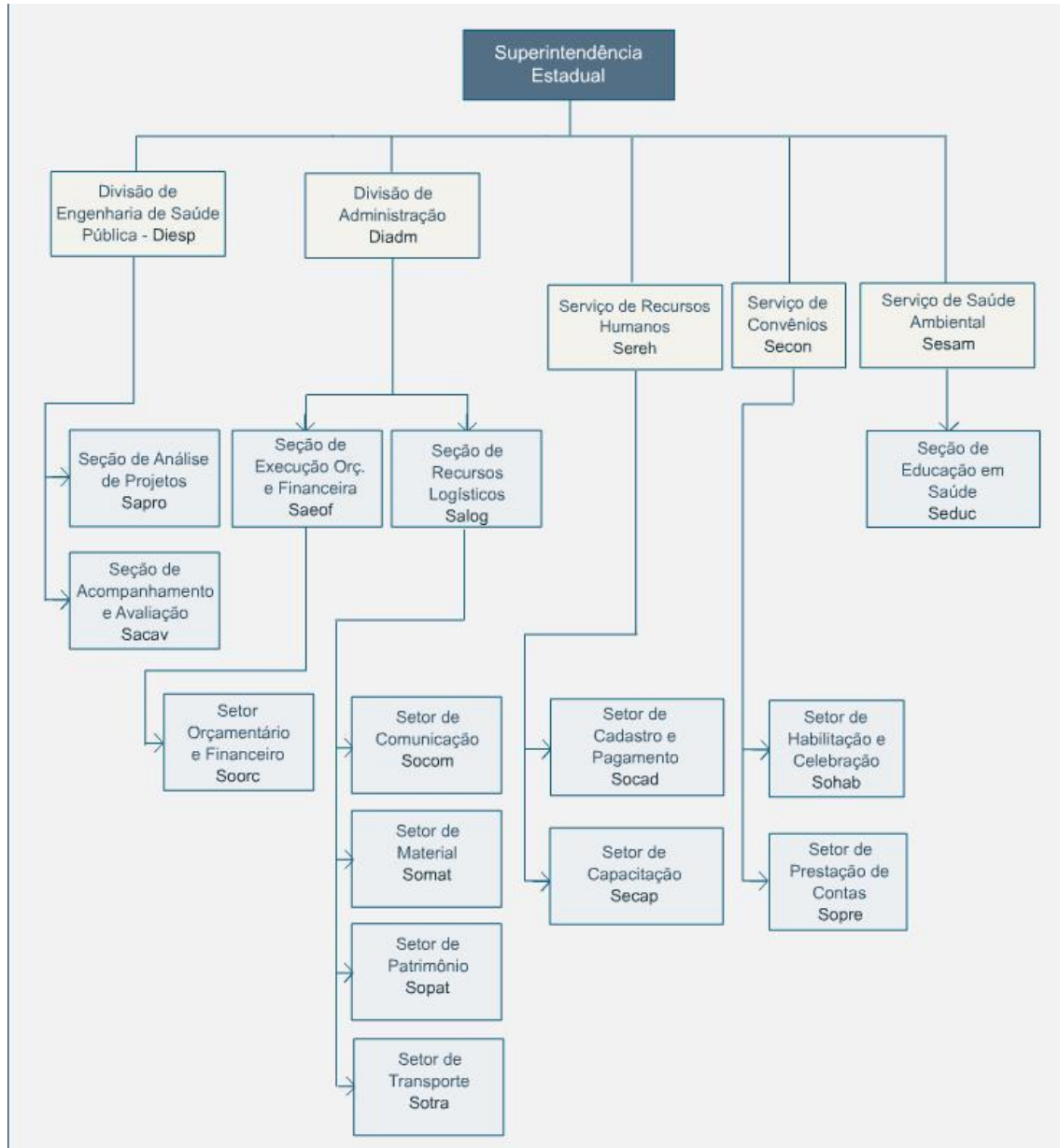
A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Cabe a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurar todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Estrutura organizacional da Fundação Nacional de Saúde/Funasa Superintendência Estadual na Paraíba Suest/PB



Fonte: <http://www.funasa.gov.br/internet/estrutura.asp>

Esta Unidade Gestora – Superintendência Estadual na Paraíba (SUEST/PB) atua de forma descentralizada, com estrutura técnica administrativa promovendo, supervisionando e orientando nas ações de Saneamento Ambiental e Engenharia de Saúde Pública para o combate e prevenção de doenças através da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp). Esta SUEST/PB vem por intermédio do Diesp, prestar apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de ações de saneamento nos municípios com população de até 50 mil habitantes os remanescentes de quilombos e assentados com base em critérios epidemiológicos e ambientais para prevenção e controle de doenças. Essas ações consistem nos seguintes programas: Sistemas de Abastecimento de Água; Saneamento Básico; Sistemas de Esgotamento Sanitário, Sistemas de Tratamento e Destinação de

Resíduos Sólidos, Melhoria Habitacional para Controle da Doença de Chagas e Construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares. Estas ações desenvolvidas na SUEST/PB são norteadas pelo Planejamento Estratégico, cuja responsabilidade é da Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação (CGPLA) da Presidência da Funasa em Brasília/DF.

Em referência a área de Saúde ambiental, as ações/atividades programas e ou projetos são realizadas pela equipe técnica de Educação em Saúde (Seduc) em consonância com o Diesp nas demais ações na área de Engenharia de Saúde Pública, Saneamento Ambiental desta Superintendência. Também planeja, executa, monitora e avalia Projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social nas populações vulneráveis em áreas metropolitanas de forma compartilhada com os municípios, instituições parceiras e segmentos organizados. As áreas de atuação da Educação em Saúde se dão nos remanescentes de quilombos, assentados e municípios com até 50 mil habitantes, populações vulneráveis das áreas metropolitanas do estado nos municípios de Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

De acordo com as metas estabelecidas e pactuadas no Plano Plurianual 2008/2011 a Funasa, integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e considerando a importância das ações de saneamento ambiental para promoção da saúde e prevenção e o controle de doenças, tem contribuído decisivamente para o alcance das metas de interesse relevante dentre os Programas de Governo. Abalizada nesse pensamento esta Unidade Gestora (Suest/PB) em constante ação junto a Funasa presidência e as prefeituras municipais alcançou em 2010 recursos do PAC empenhados que totalizaram R\$ 15.184.224,59 em saneamento ambiental, onde 17 municípios foram contemplados com projetos em 32 empreendimentos, dos quais 16 encontra-se em execução. Os valores correspondentes ao repasse constituem o valor de R\$ 777.862,42.

A atuação desta Unidade Gestora não se limita em estabelecer convênios apenas, mas também possui o lado fiscalizador, realizando um acompanhamento gerencial dos convênios, desempenhado pelo quadro técnico da Diesp, visando minimizar possíveis falhas na execução dos projetos. Muitos fatores da realidade política social e econômica ainda dificultam o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas, não só do PAC como em outras ações de responsabilidade desta Suest/PB as quais foram programadas no Plano Operacional em 2010, dentre elas citamos como exemplo: a não realização da subação – 20CW - *Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos/Exames Periódicos*, que devido o atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

Em relação às subações programadas para o Diesp, também apresentaram problemas de execução fazendo com que as metas estimadas não tenham sido atingidas. Isto se deve, principalmente, pelo fato de não ser possível uma atuação mais presente dos fiscais de convênio deste órgão junto aos Municípios, devido à insuficiência no número de técnicos, dada a grande demanda de Convênios.

Quanto ao cumprimento das metas físicas podemos perceber que houve um avanço considerável na execução dos serviços entre os anos de 2009 e 2010. Como as metas do Plano Operacional desta Superintendência são baseadas na totalidade dos convênios firmados, englobando PAC, CV e EP, não foram estabelecidas metas específicas para os convênios do PAC. Porém, de acordo com estimativas formadas através de análise ao Plano Operacional e aos Sistemas de Gerenciamento, pudemos estimar as metas apresentadas para este ano, referentes ao PAC.

Em referência as subações da área indígena realizadas pelo Diesp, as metas estabelecidas para o ano de 2010, foram superadas de forma significativa, principalmente, pelo fato da execução dos serviços serem de forma direta, com os analistas deste órgão atuando como fiscais da obra, diferentemente dos outros convênios, quando atuam como fiscais do convênio.

No mês de dezembro em 2010 foram encerradas as atividades referentes ao Plano Operacional de 2010 da extinta Assessora de Comunicação e Educação em Saúde – Ascom, tendo alcançado os seguintes resultados:

A Ascom realizou uma reunião para sensibilizar gestores e técnicos sobre a importância das ações de Educação em Saúde voltadas para o saneamento ambiental referentes ao PAC/FUNASA. No que se refere às emissões de pareceres finais do PESMS foram visitados 35 municípios e emitidos 33 pareceres finais reprovando ou aprovando as prestações de contas dos convênios. Nos mesmos municípios foram feitas 27 visitas de acompanhamento a convênios e termos de compromissos. Neste sentido foram repassadas aos técnicos municipais as instruções para elaboração de 35 (trinta e cinco) projetos educativos.

Dentre as subações da Ascom que não tiveram nenhuma execução cita-se: as ações de Educação em Saúde nas comunidades quilombolas; acompanhamento à pesquisa financiada pela Funasa na seara da educação em saúde; apoiar através do NICT 3 (três) municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

No entanto a – subação 6908 -*Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental*, do Programa 0122 - *Serviços Urbanos de Água e Esgoto*- superou de forma significativa as metas programadas, que tem como objetivo: apoiar municípios contemplados no PAC com ações voltadas para Educação em Saúde e Mobilização Social e apoiando tecnicamente por meio do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica NICT municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico PMSB. A meta desta subação no PO 2010 foi programada para apoiar 09 municípios conveniados com a Funasa, porém nos meses de Janeiro a Setembro de 2010, a meta alcançada foi de 33 municípios com a execução de visitas de acompanhamento e emissões de pareceres finais referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESMS, atingindo um percentual de conclusão 366,67 %.

Visando a promoção da qualificação dos seus serviços, a Presidência da Funasa instituiu a partir do Decreto 7.133 de 19/3/2010 e da Portaria nº 1.901 de 15 de setembro de 2010; critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização da avaliação de Desempenho (Individual e Institucional) e o pagamento das gratificações de desempenho das carreiras dos servidores da Funasa, bem como a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade exclusiva de elaborar a proposta de implementação da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional composto por dois subgrupos: Subgrupo1 – Avaliação Individual (Coordenado pela Área de Recursos Humanos); Subgrupo 2 – Avaliação Institucional (Coordenado pela Área de Planejamento). Avaliação de Desempenho tem como finalidade o monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional da Funasa, tendo como referência suas metas globais e intermediárias.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram considerados os seguintes fatores de avaliação: i) *Produtividade*: capacidade de executar atividades, atingir metas pré-estabelecidas, apresentar volume de trabalho, com qualidade, executado em determinado espaço de tempo, considerando os recursos disponíveis; ii) *Conhecimento de métodos e técnicas*: conhecer método e técnica necessários ao desenvolvimento das suas atribuições na equipe de trabalho; iii) *Trabalho em equipe*: capacidade de interagir e manter comportamento adequado com os integrantes da equipe, valorizando o trabalho em conjunto, na busca de resultados comuns; iv) *Comprometimento como trabalho*: cumprir suas obrigações com zelo, atuar de forma interessada e responsável e v) *Cumprimento das normas de procedimento e de conduta no desempenho das atribuições do cargo*: trabalhar com pontualidade, disciplina e responsabilidade, considerando a natureza das atribuições que lhe são conferidas, cumprirem as normas gerais da estrutura e funcionamento da Administração Pública e de mostrar postura orientada por princípios e regras morais de senso comum. Está Avaliação está programada para iniciar as atividades no mês de abril 2011 e encerramento no mês de abril do exercício subsequente em 2012.

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

Tabela 1 - Identificação do Programa de Governo - 0122

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos,	

com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Tabela 2 – Ação 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Tabela 3 – Identificação da Subação 20AF

Identificação da subação					
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar sistemas públicos de abastecimento de água no controle da qualidade da água	Sistema atendido	unidade	53	53	100

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 4 – Ação 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos.

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 5 - Identificação da subação 7656

Identificação da subação					
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativas a exercícios anteriores	Visita Preliminar realizada	unidade	3	3	100
Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	unidade	2	0	0
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativas aos pleitos de 2010	Visita Preliminar realizada	unidade	2	0	0
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	unidade	208	159	76,44
Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	10	10	100

Justificativa do não cumprimento da meta: Devido ao atraso, por parte dos Municípios, na apresentação dos projetos técnicos houve uma redução da meta. Além disso, a falta de um número maior de engenheiros para a realização das visitas técnicas de acompanhamento dos convênios, afeta diretamente para o não cumprimento da meta.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta: Fazer com que os Convenientes apresente mais rapidamente os projetos básicos a serem aprovados, cobrando-os através de notificações mais recorrentes. E Contratação de novos engenheiros para a função de fiscalização gerencial dos convênios.

Tabela 6 – Ação 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 7 - Identificação da subação 10GD

Identificação da subação					
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita Preliminar realizada	unidade	06	01	16,67
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores	Visita Preliminar realizada	unidade	36	33	91,67
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	123	102	82,93
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	unidade	06	01	16,67
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	unidade	185	115	62,16

Justificativa do não cumprimento da meta: A meta não foi atingida, em virtude de atrasos na entrega de projetos básicos por parte dos municípios e deficiência no número de analistas para realização de visitas técnicas.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta: Fazer com que os Convenentes apresentem mais rapidamente os projetos básicos a serem aprovados, cobrando-os através de notificações mais recorrentes. E Contratação de novos engenheiros para a função de fiscalização gerencial dos convênios.

Tabela 8 – Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 9 - Identificação da subação 10GE

Identificação da subação					
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	unidade	6	1	16,67
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas aos pleitos de 2010.	Visita Preliminar realizada	unidade	6	1	16,67
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada Projeto analisado	unidade	93	63	65,63
Analisar projetos de implantação e melhoria de	Projeto analisado	unidade	72	54	75

Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a exercícios anteriores.					
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada Projeto analisado	unidade	21	15	71,43

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta: devido ao atraso, por parte dos Municípios, na apresentação dos projetos técnicos houve uma redução da meta. Além disso, a falta de um número maior de engenheiros para a análise técnica dos convênios, afeta diretamente para o não cumprimento da meta.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta: Fazer com que os Convenientes apresentem mais rapidamente os projetos básicos a serem aprovados, cobrando-os através de notificações mais recorrentes. E Contratação de novos engenheiros para a função de fiscalização gerencial dos convênios.

Tabela 10 - Ação 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM

Tabela 11 - Identificação da subação 6908

Identificação da subação					
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente por meio do NICT 03 municípios na elaboração dos Planos Municipais de saneamento Básico PMSB.	Município Beneficiado	unidade	3	0	0,0
Apoiar 09 municípios conveniados com a Funasa, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento.	Município Beneficiado	unidade	9	33	366,67
Apoiar tecnicamente 07 projetos de coleta de reciclagem de materiais implementando os projetos e ações de educação em saúde e mobilização social.	Projeto Apoiado	unidade	7	4	57,14
Acompanhar pesquisa financiada pela Funasa, relacionadas ao tema de Educação em Saúde.	Pesquisas acompanhadas	unidade	1	0	0,0
Apoiar 42 municípios contemplados no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento.	Comunidade beneficiada	unidade	42	2	4,76
Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	unidade	6	14	233,33
Apoiar 33 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social-PESMS nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006, 2007, 2008.	Município apoiado	unidade	33	08	24,24
Apoiar tecnicamente por meio do NICT 03 municípios na elaboração dos Planos Municipais de saneamento Básico PMSB.	Município Beneficiado	unidade	3	0	0,0

Justificativa do não cumprimento das metas:

Meta 1, 4, e 5: Esta meta não foi alcançada, tendo em vista que as ações desta Assessoria (Edusa/Ascom) destinaram-se exclusivamente para emissão de pareceres finais do PESMS.

Meta 7: meta revisada é de 33 municípios, porém nos meses de Janeiro a Setembro a meta realizada foi 08 municípios apoiando tecnicamente os gestores e representantes das comunidades nas elaborações dos Projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social. Portanto atingirmos 24,2% da meta revisada.

Medidas necessárias ao cumprimento das metas:

Que sejam cumpridas as metas estabelecidas no plano Operacional

Tabela 12 – Programa 1287 – Saneamento Rural

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta	

Fonte: Sigplan

Tabela 13 – Ação 10GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"

Identificação da Ação
Denominação: 10GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir a evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados..
Descrição: Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário; caixas d'água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório; cozinha e chafariz para atender as comunidades vizinhas, bem como capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 14 - Identificação da subação 10GC

Identificação da subação					
Denominação: 10GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de	Projeto analisado	unidade	10	0	0,0

serviços de saneamento em escolas públicas rurais, relativos aos pleitos de 2010.					
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativas aos pleitos de 2010.	Visita Preliminar realizada	unidade	10	0	0,0
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	unidade	9	3	33,33
Analisar projetos de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	24	13	54,17
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativas a exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	unidade	7	3	42,86

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta: devido ao atraso, por parte dos Municípios, na apresentação dos projetos técnicos houve uma redução da meta. Além disso, a falta de um número maior de engenheiros para a análise técnica dos convênios, afeta diretamente para o não cumprimento da meta.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta: Fazer com que os Convenientes apresentem mais rapidamente os projetos básicos a serem aprovados, cobrando-os através de notificações mais recorrentes. E Contratação de novos engenheiros para a função de fiscalização gerencial dos convênios.

Tabela 15 – Ação 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 16 - Identificação da subação 7684

Identificação da subação					
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar aldeias com sistemas de abastecimento de água.	Aldeia beneficiada	unidade	4	4	100
Beneficiar aldeias com melhorias sanitárias domiciliares.	Aldeia beneficiada	unidade	12	1	8,33
Realizar visitas de acompanhamento de obras de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	unidade	118	132	111,86
Realizar visitas de acompanhamento de obras do exercício 2010.	Visita técnica de acompanhamento de realizada no exercício	unidade	52	58	111,54
Elaborar projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto analisado	unidade	2	1	50,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta:

Meta 2: Das 12 aldeias programadas para serem beneficiadas com MSDs, apenas em 1 os serviços foram concluídos. A empresa vencedora da licitação está com as obras bastante atrasadas, ocasionando que até o momento de 176 melhorias a serem construídas, apenas 23 foram recebidas pelos fiscais do contrato.

Meta 5: Foi suficiente apenas a elaboração de 1 projeto de saneamento nas aldeias, neste exercício de 2010.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta:

Meta 2: Fazer cumprir por parte do executor o cronograma físico-financeiro aprovado.

Meta 5: A meta não será cumprida devido à não necessidade na elaboração do segundo projeto.

Tabela 17 – Ação 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Identificação da Ação
Denominação: 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas..
Descrição: A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 18 - Identificação da subação 3921

Identificação da subação					
Denominação: 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativas aos pleitos de 2010.	Visita Preliminar realizada	unidade	4	0	0,0
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativas a exercícios anteriores.	Visita Preliminar realizada	unidade	9	30	333,33
Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	unidade	4	0	0,0
Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	31	26	83,87
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada em exercícios anteriores	unidade	62	100	161,29

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta:

Meta 1 e 3: Não foram recebidos projetos técnicos relacionados a esta subação, relativos ao pleito de 2010. Devido ao atraso, por parte dos Municípios, na apresentação dos projetos técnicos houve uma redução da meta.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta:

Meta 1 e 3: Fazer com que os Convenientes apresentem mais rapidamente os projetos básicos a serem aprovados, cobrando-os através de notificações mais recorrentes. Além disso, a falta de um número maior de engenheiros para a análise técnica dos convênios, afeta diretamente para o não atingimento da meta.

Justificativas que superaram de forma significativa as metas estabelecidas na subação (3921) acima citada:

Meta 2: Meta superada com 333,33%. Devido à elaboração do plano operacional ter sido no mês de Junho, alguns convênios que foram visitados em março e aprovados, acabaram não entrando nesta meta.

Meta 5: Devido à realização de várias visitas técnicas a fim de emitir parecer técnico final referentes ao passivo, esta meta foi superada com 161,29%.

Tabela 19 – Ação 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 20 - Identificação da subação 7656

Identificação da subação					
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas preliminares de convênios relativos aos pleitos de 2010.	Visita Preliminar realizada	unidade	9	9	100
Analisar projetos de saneamento ambiental em comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto analisado		9	9	100

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 21 – Programa 1036 - Integração das Bacias Hidrográficas

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1036	Denominação: Integração das Bacias Hidrográficas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Disponibilizar água bruta para usos múltiplos	
Objetivos Específicos: Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica.	
Gerente: João Reis Santana Filho	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.	

Fonte: Sigplan

Tabela 22 – Ação 10TA – Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Identificação da Ação	
Denominação: 10TA – Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Recuperar ambientalmente as áreas degradadas ocupada por população de baixa renda, mediante a elaboração de planos e projetos integrados de saneamento. Esta ação visa cumprir condicionalidade interposta pela Licença de Instalação do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco e do Nordeste Setentrional.	
Descrição: Apoio a Estados e municípios para a elaboração de projetos de saneamento básico e/ou integrado em municípios integrantes da Bacia do Nordeste Setentrional. Os projetos apoiados poderão contemplar a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana, incluindo iniciativas de melhoria e desenvolvimento gerencial e organizacional, reestruturação e reforma administrativa, otimização da área de atuação do prestador do serviço, estímulo à estruturação de novos operadores de serviços de saneamento, especialmente de consórcios públicos multimunicipais, redução de perdas, mediante macromedição, micromedição, reforma de unidades operacionais, substituição de equipamentos e redes, melhoria da eficiência no consumo de água e de energia elétrica; desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão e controle operacional e setorização dos serviços, bem como formulação de Planos municipais, regionais, estaduais e Nacional de saneamento, Planos Diretores de Drenagem Urbana e de Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos, gerenciamento das atividades, capacitação de recursos humanos, educação ambiental e fortalecimento da participação social, fiscalização e avaliação. Os projetos de saneamento integrado apoiados deverão contemplar também iniciativas complementares para adequação do sistema viário, a contenção de encostas, o reassentamento de população, melhorias habitacionais e projetos conexos de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública. Em áreas de assentamentos precários o apoio contempla a elaboração de Projetos de Saneamento Integrado (PSI) e Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Tabela 23 - Identificação da subação 10TA

Identificação da subação				
Denominação: 10TA – Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)				
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010	
			Programado	Realizado/ Realizado/

					Programado %
confirmação do diagnóstico apresentado pelo convenente, para elaboração de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios	Projeto apresentado pelo convenente	unidade	51	0	0,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta:

Devido ao atraso na entrega dos projetos por parte da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Paraíba, não houve tempo hábil para a realização das visitas para confirmação do diagnóstico apresentado nos projetos.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta:

A meta será incluída no próximo pleito, relativo ao período de 2011.

Tabela 24 – Programa 8007 - Resíduos Sólidos Urbanos

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.	
Gerente: Vicente Andreu Guillo	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Tabela 25 - Ação 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-

estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 26 - Ação 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Identificação da subação					
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas aos pleitos de 2010.	Visita Preliminar realizada	unidade	3	0	0,0
Analisar projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	19	12	63,16
Analisar projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	unidade	3	0	0,0
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas a exercícios anteriores.	Visita Preliminar realizada	unidade	6	0	0,0
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas a exercícios anteriores	visitas de acompanhamento realizado relativo a exercícios anteriores.	unidade	4	9	225

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta:

Meta 1, 3 e 4: Não foram recebidos projetos técnicos relacionados a esta subação, relativos ao pleito de 2010. Devido ao atraso, por parte dos Municípios, na apresentação dos projetos técnicos houve uma redução da meta.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta:

Meta 1, 3 e 4: Fazer com que os Convenientes apresentem mais rapidamente os projetos básicos a serem aprovados, cobrando-os através de notificações mais recorrentes. Além disso, a falta de um número maior de engenheiros para a análise técnica dos convênios, afeta diretamente para o não atingimento da meta.

Justificativas que superaram de forma significativa a meta estabelecida na subação (10GG) acima citada:

Meta 5: Meta superada com 225% em virtude das quatro (4) visitas programadas, nove (9) foram realizadas.

Tabela 27 – Programa 0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0150	Denominação: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista	
Objetivos Específicos: Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral	
Gerente: Márcio Augusto Freitas de Meira	Responsável: Wanderley Guenka – Funasa
Público Alvo: Sociedades Indígenas	

Fonte: Sigplan

Tabela 28 – Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Identificação da Ação
Denominação: 2272 - Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Tabela 29 – Ação 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.

Identificação da Ação
Denominação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Combater a desnutrição na população indígena
Descrição: Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para

atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Tabela 30 – identificação da subação 6140

Identificação da subação					
Denominação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 40% das gestantes. Atualmente tem cadastrado no pré-natal 170 gestantes no Dsei Potiguará	% de cobertura alcançado	unidade	68	54	79,41
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 50% das crianças menores de 5 anos;	% de cobertura alcançado	unidade	535	535	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta:

Meta 1: foi programado acompanhar 68 gestantes, no entanto, apenas 54 gestantes foram atendidas. Isto se dá pelo fato de gestantes indígenas irem também fazer pré-natal no município.

Medidas necessárias ao cumprimento da meta:

Meta 1: maior engajamento e envolvimento dos serviços de Atenção Básica dos municípios com a Equipe Multidisciplinar em Saúde Indígena (EMSI) da Funasa para a consolidação/informação dos dados produzidos nesta atenção ao índio Potiguará.

Tabela 31 – Ação 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de

ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Tabela 32 - Identificação da subação 8743 - Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS no Dsei Potiguara/PB

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS no Dsei Potiguara/PB					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar exames em 100% dos indivíduos que apresentam sintomatologia para AIDS, TB, Toxoplasmose, Hepatite.	% de indivíduos testados	unidade	5	5	100,0
Informar 100% de todos os casos de HIV, aids e Hepatites Virais diagnosticados no SIASI	% de casos informados	unidade	4	4	100,0
Realizar exames em 100% das gestantes indígenas para pesquisa da Sífilis	% de gestantes testadas para sífilis	unidade	170	170	100,0
Realizar sorologia em 75% das gestantes para Hepatites Virais	% de gestantes c/ sorologia par H. Virais realizada	unidade	127	127	100,0
Realizar exames para pesquisa do HIV em 70% das gestantes indígenas nas terras Potiguara.	% de gestantes testadas para HIV	unidade	119	119	100,0
Testar pelo menos, 10% dos parceiros das gestantes para HIV, Sífilis e HV	% de parceiros testados	unidade	17	16	94,12
Ampliar em 50% disponibilização de preservativos masculino, feminino e gel lubrificante.	Nº de preservativo	unidade	42.000	42.000	100,0
Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da Abordagem Síndrômica	% de casos tratados	unidade	84	84	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 33 - Identificação da subação 8743 - Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena.

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/

					Programado %
Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena Potiguara.	Participação em eventos	Unidade	380	368	96,84
Realizar reuniões com os integrantes do Conselho Distrital de Saúde Indígena Potiguara (CDSI) pertencente aos Pólos-Base de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.	Reunião realizada	Unidade	2	2	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 34 - Identificação da subação 8743 - Implantação das ações da Vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis.

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Implantação das ações da Vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implantação das ações da Vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis	% de aldeias com vigilância implantada	Unidade	15	25	166,67

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 35 - Identificação da subação 8743 - Implementação das Ações de Saúde da Mulher e Criança Indígena

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - : Implementação das Ações de Saúde da Mulher e Criança Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes;	% de gestantes com 4 consultas ou mais	Unidade	102	165	165,69
40% das mulheres na faixa etária de 25-59a com exames de PCCU realizados	% de mulheres examinadas	Unidade	460	446	96,96
Investigação de óbitos infantis nas Terras Indígenas Potiguara	% de óbitos investigados	Unidade	6	6	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 36 - Identificação da subação 8743 – Implementação das ações de imunização nas aldeias Potiguara

Identificação da subação
Denominação: 8743 - Implementação das ações de imunização nas aldeias Potiguara

Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar 86,4% de cobertura vacinal para vacina Tríplice Viral em mulheres de 10 a 49 anos	Cobertura vacinal alcançada	Unidade	3.273	3.323	101,53
Alcançar no mínimo, 60% de pessoas com esquema vacinal completo	Cobertura alcançada	Unidade	7.291	7.344	100,73
Alcançar no 83,3% de cobertura vacinal para a tetravalente em menor de 01 ano	Cobertura alcançada	Unidade	118	93	78,81
Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Dupla Adulto em mulheres de 10 a 49 anos	Cobertura vacinal alcançada	Unidade	3.220	2.665	82,76
Alcançar 95% de cobertura vacinal para a Poliomielite em menores de 01 ano	Cobertura vacinal alcançada	Unidade	133	129	96,99
Alcançar 97,3% de cobertura vacinal para vacina Hepatite B, na faixa etária de 1 a 4 anos	Cobertura vacinal alcançada	Unidade	1.135	1.130	99,55
Alcançar 89,8% de cobertura vacinal para vacina Tríplice Viral, na faixa etária 1 a 4 anos	Cobertura vacinal alcançada	Unidade	1.047	1.022	97,61
Ampliar o número de entradas de equipes de vacinação nas aldeias de difícil acesso	Nº de entradas	Unidade	6	8	133,33

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 37 - Identificação da subação 8743 - Implementação das ações de controle da Tuberculose nas áreas indígenas

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Implementação das ações de controle da Tuberculose nas áreas indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar TDO nos casos de TB diagnosticados	Casos com TDO realizado	Unidade	2	0	0,0
Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias	Aldeias com busca ativa realizada	Unidade	24	24	100,0
Alcançar 100% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados.	Cura alcançada	Unidade	2	0	0,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Justificativa do não cumprimento da meta:

Meta 1 e 3: não foi detectado nenhum caso de Tuberculose, portanto, Só é possível realizar TDO na existência de casos confirmados, bem como para o alcance de cura é necessário que haja casos confirmados da doença. Para o alcance de cura é necessário que haja casos confirmados da doença

Tabela 38 - Identificação da subação 8743 – Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema Indígena

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Capacitar no mínimo um profissional de cada Pólo Base e 02 profissionais do DSEI	Profissional capacitado	Unidade	4	4	100,0
Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC	Movimentações registradas	Unidade	100	100	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 39- Identificação da subação 8743 – Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Designar um(01) responsável técnico para atuar na Vigilância Ambiental	Responsável técnico designado	Unidade	1	1	100,0
Elaborar plano de ação com base no diagnóstico realizado.	Plano elaborado	Unidade	1	1	100,0
Realizar diagnóstico epidemiológico das doenças e agravos transmitidos por vetores e antrozooses (leishmaniose, Raiva, acidentes por animais peçonhentos).	Diagnóstico realizado	unidade	1	1	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 40 - Identificação da subação 8743 – Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena SIASI

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena SIASI					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Enviar no mínimo, 1 lote mensal atualizado para alimentação do SIASI	lotes enviados	Unidade	10	10	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 41 - Identificação da subação 8743 – Promoção da educação em saúde e mobilização social em área indígena

Identificação da subação					
Denominação: 8743 - Promoção da educação em saúde e mobilização social em área indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral	Aldeia beneficiada	Unidade	9	0	0,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010

Tabela 42 - Identificação da subação 8743 – Implementação de Ações de Atenção à Saúde Bucal para a população Indígena.

Identificação da subação					
Denominação: 8743 Implementação de Ações de Atenção à Saúde Bucal para a população Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Ampliar em pelo menos 10% o número de consultas programáticas	Nº de consultas realizadas	Unidade	3.389	3.707	109,38
Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média de escovação bucal supervisionada	Média de cobertura	Unidade	16.326	15.117	92,59
Ampliar em pelo menos 10% a conclusão de tratamento odontológico básico	Nº de tratamentos concluídos	Unidade	1.094	1.268	115,9
Atingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos para uma população de 12.018 indígenas	Média de procedimentos alcançada	Unidade	18.027	14.978	83,09

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010.

Tabela 43 – Programa 0016 - Gestão da Política de Saúde

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Tabela 44 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Tabela 45 - Identificação da subação 4572

Identificação da subação					
Denominação: 4572 - Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação	Participação em evento	Unidade	70	67	95,71

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010.

Tabela 46 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Tabela 47 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União;

manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Tabela 48– Identificação da subação 2000 - Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

Identificação da subação					
Denominação: 2000 - Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Desenvolver ações para implementação do Programa de Dependência Química na Core-PB; ações do Programa de Melhoria de Qualidade de Vida e implantar e desenvolver a prática de Ginástica Laboral na Core/PB	Ações implementadas	Unidade	3	1	33,33

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010.

Justificativa do não cumprimento da meta:

Das 3 ações previstas para a realização desta meta apenas foi realizada 01 que diz respeito a atividades de promoção a saúde através dos programa de imunização (dt, tv, hep B, FA e H1N1), hipertensão e diabetes. As demais necessitam de recursos (R\$ 24.000,00) para terceirização/contratação de profissionais especialistas para o desenvolvimento de atividades relacionada melhoria da qualidade de vida (programa de dependência química e ginástica laboral).

Medidas necessárias ao cumprimento da meta:

Que os recursos destinados para esta subação sejam realmente disponibilizados no orçamento do plano operacional para tal atividade.

Tabela 49 - Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Identificação da Ação
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Tipo de Ação: Não informado
Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Tabela 50 - Identificação da subação 20CW

Identificação da subação.				
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar Exames Periódicos em servidores descentralizados	Unidade	1.103	0	0,0
Realizar Exames Periódicos em servidores ativos, empregados públicos, nomeados em car	Unidade	207	0	0,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010.

Justificativa para não realização da subação – 20CW

Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

Tabela 51 - Identificação da subação 2000 - Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental

Identificação da subação.				
Denominação: 2000 - Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Constituir Grupo de Trabalho, para promoção e acompanhamento das medidas aplicadas	Unidade	1	0	0,0
Executar medidas corretivas apontadas no Laudo de Avaliação Ambiental	Unidade	3	3	100,0

Fonte: Plano Operacional da Suest/PB/2010.

2.3.1 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Tabela 52 - Resumo da Execução Física das Subações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	Nº 40359 Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar 53 sistemas públicos de abastecimento de água com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano	Sistema atendido	Unidade	53	53	44.055,00	* A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

10	541	0122	6908	A	3	Nº 39777 Fomento à Educação em Saúde voltada para o saneamento ambiental	1- Apoiar tecnicamente por meio do NICT 03 municípios na elaboração dos Planos Municipais de saneamento Básico PMSB. 2- Apoiar 09 municípios conveniados com a Funasa, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento. 3- Apoiar tecnicamente 07 projetos de coleta de reciclagem de materiais implementando os projetos e ações de educação em saúde e mobilização social. 4- Acompanhar pesquisa financiada pela Funasa, relacionadas ao tema de Educação em Saúde. 5- Apoiar 42 municípios contemplados no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento. 6- Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contermplados com recursos do PAC. 7- Apoiar 20 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em	Município beneficiado	unidade	3	0	80.000,00	
								Município beneficiado		9	33		
								Projeto apoiado		7	4		
								Pesquisa acompanhada		1	0		
								Município apoiado		42	2		
								Comunidade beneficiada		6	14		
								Município apoiado		20	8		

							Saúde e Mobilização Social-PESMS nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006, 2007, 2008.						
10	512	0122	7652	P	1	Nº 40417 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	1- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativas a exercícios anteriores. 2- Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativos aos pleitos de 2010. 3- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativas aos pleitos de 2010 4- Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativas a exercícios anteriores. 5- Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, relativos a exercícios anteriores.	Visita preliminar realizada Projeto analisado Visita preliminar realizada Visita técnica de acompanhamento de exercício anteriores realizada Projeto analisado	unidade	3	3	71.231,79	
10	512	0122	10GD	P	1	Nº Implantação e Melhoria de	1-Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de	Visita preliminar realizada	unidade	6	1	100.508,59	

						Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Abastecimento de Água, relativas aos pleitos de 2010. 2- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores. 3- Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores 4- Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos aos pleitos de 2010. 5- Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores	Visita preliminar realizada		33	33		
								Projeto analisado		123	102		
								Projeto analisado		6	1		
								Visita técnica de acompanhamento de exercício anteriores realizada		185	115		
10	512	0122	10GE	P	1	Nº Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive	1- Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2010. 2- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas aos pleitos de 2010. 3- Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de	Projeto analisado	unidade	6	1	54.460,60	
								Visita preliminar Realizada		6	1		
								Visita técnica de acompanhamento de exercício anteriores		96	63		

						de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores. 4- Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a exercícios anteriores. 5- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores.	realizada Projeto analisado Visita preliminar Realizada		72 21	54 15		
10	511	1287	3921	P	1	Nº 40382 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	1- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativas aos pleitos de 2010. 2- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativas a exercícios anteriores. 3- Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativos aos pleitos de 2010.	Visita preliminar Realizada Visita preliminar Realizada Projeto analisado Visita técnica de acompanhamento de exercício anteriores realizada	unidade	4 9 4 62	0 30 0 100	24.888,21	

							4- Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativos a exercícios anteriores			26	31		
							5-Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, relativos a exercícios anteriores						
10	511	1287	7656	P	1	Nº 40381 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais	1- Realizar visitas preliminares de convênios relativos aos pleitos de 2010. 2- Analisar projetos de saneamento ambiental em comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes (relativos aos pleitos de 2010).	Visita preliminar Realizada Projeto analisado	unidade	9	9	2.403,00	
10	511	1287	10GC	P	1	Nº 40418 - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais	1- Analisar projetos de implantação e melhoria de serviços de saneamento em escolas públicas rurais, relativos aos pleitos de 2010. 2- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativas aos	Projeto elaborado Visita preliminar realizada Visita técnica de	unidade	10	0	7.084,31	
										10	0		
										10	0		
										9	3		

							pleitos de 2010. 3- Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativas a exercícios anteriores. 4- Analisar projetos de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativos a exercícios anteriores 5- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais, relativas a exercícios anteriores	acompanhamento de exercícios anteriores Projeto analisado Visita preliminar realizada		24	13		
10	512	8007	10GG	P	3	Nº 40325 - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	1- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas aos pleitos de 2010. 2- Analisar projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativos a exercícios anteriores. 3- Analisar projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativos aos pleitos de 2010.	Visita preliminar realizada Projeto analisado Projeto analisado Visita preliminar realizada	unidade	3	0	5.756,00	

							4- Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores		4	9		
							5- Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas a exercícios anteriores						
10	512	1036	10TA	P	1	Nº 40324 - Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco	1-Realizar visitas técnicas para confirmação do diagnóstico apresentado pelo conveniente, para elaboração de 79 projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios.	Município beneficiado	unidade	51	0	15.045,00	
10	511	1287	7684	P	1	Nº 40323 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	1- Beneficiar aldeias com sistemas de abastecimento de água. 2- Beneficiar aldeias com melhorias sanitárias domiciliares. 3- Realizar visitas de acompanhamento de obras de Exercícios Anteriores. 4- Realizar visitas de	Aldeia beneficiada Aldeia beneficiada Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores Projeto	unidade	4 12 118 52	4 1 132 58	137.060,00	

							acompanhamento de obras do exercício 2010.	elaborado		2	1		
							5- Elaborar projetos de saneamento básico em aldeias.						
SAÚDE INDÍGENA													
10	122	0150	2272	A	3								
10	423	0150	6140	A	3	Nº 39256 - Dsei potiguara - Implementação das ações de vigilância e segurança alimentar e nutricional	1-Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 40% das gestantes. Atualmente tem cadastrado no pré-natal 170 gestantes no Dsei Potiguara 2- Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 50% das crianças menores de 5 anos;	Percentual de crianças menores de 5 anos acompanhadas Percentual de gestantes acompanhadas	unidade	68 535	54 535	55.615,80	
10	423	0150	8743	A	3	Nº 40057 - Dsei Potiguara/Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena	1-Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena Potiguara. 2-Realizar reuniões com os integrantes do Conselho Distrital de Saúde Indígena Potiguara (CDSI) pertencente aos Pólos-Base de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. 3-Realizar reuniões com os integrantes dos 03 Conselhos Local de Saúde Indígena(CLSI) pertencentes aos Pólos-Base de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.	Participação em eventos Reunião realizada Reunião realizada	unidade	380 2 2	361 2 2	302.365,00	

10	423	0150	8743	A	3	Nº 40037 - Dsei Potiguara/Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	1-Testar 100% das indivíduos que apresentam sintomatologia AIDS, TB, Toxoplasmose, Hepatite.	Percentual de indivíduos testados	unidade	5	5	4.425,00	
							2-Informar 100% dos casos de HIV, aids e Hepatites Virais diagnosticados no SIASI.	Percentual de casos informados		4	4		
							3-Testar 100% das gestantes para Sífilis	Percentual de gestantes testadas para a sífilis		170	170		
							4- Realizar sorologia em 75% das gestantes para Hepatites Virais.	Percentual de gestantes com sorologia para Hepatite Virais realizada		127	127		
							5- Testar 70% das gestantes para HIV.	Percentual de gestantes testadas para o HIV		119	119		
							6- Testar pelo menos,10% dos parceiros das gestantes para HIV, Sífilis e HV.	Percentual de parceiros testados		17	16		
							7- Ampliar em 50% de disponibilização de preservativos masculino,	Nº de preservativos e gel disponibilizados		42.000	42.000		
							Percentual de casos tratados			84			

							feminino e gel lubrificante.						
							8- Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da Abordagem Sindrômica						
10	423	0150	8743	A	3	Nº 39958 - Dsei Potiguar-Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena SIASI	1-Enviar lote mensal atualizado para alimentação do SIASI	Lotes enviados	unidade	10	10	5.310,00	
10	423	0150	8743	A	3	Nº 39941 - Dsei Potiguar/Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena	1-Designar um(01) responsável técnico para atuar na Vigilância Ambiental. 2-Elaborar plano de ação com base no diagnóstico realizado. 3-Realizar diagnóstico epidemiológico das doenças/agravos transmitidos por vetores e antropozoonoses (Leishmaniose, raiva e Acidentes por Animais Peçonhentos).	Responsável técnico designado Plano elaborado Diagnóstico realizado	unidade	1 1 1	1 1 1	4.779,00	
10	423	0150	8743	A	3	Nº 39940 - Dsei Potiguar/Implantação das Ações de Assistência	1-Capacitar no mínimo um profissional de cada Pólo Base e 02 profissionais do DSEI. 2-Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC	Profissionais capacitados Movimentações registradas	unidade	4 100	4 100	116.450,00	

						Farmacéutica para o Subsistema Indígena							
10	423	0150	8743	A	3	Nº 39898 - Dsei Potiguara-Implementação das Ações de Saúde da Mulher e Criança Indígena	1-Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes; 2-Realizar exames em 40% das mulheres na faixa etária de 25-59a com exames de PCCU realizados. 3-Investigar 100% dos óbitos infantis em terras indígenas Potiguara.	Percentual de gestantes com 4 consultas ou mais Percentual de mulheres examinadas Percentual de óbitos infantis	unidade	102 460 6	169 446 6	4.947,00	
10	423	0150	8743	A	3	Nº 39957 - Dsei Potiguara-Implementação das ações de controle da Tuberculose e nas áreas indígenas	1-Realizar TDO em 100% dos casos diagnosticados. 2-Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias com registro de casos novos. 3- Alcançar 100% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados.	Casos com TODO realizado Aldeia com busca ativa realizada Cura alcançada	unidade	2 24 2	0 36 0	4.779,00	
10	423	0150	8743	A	3	Nº 40058 - Dsei Potiguara/Implementação das ações de imunização nas aldeias Potiguara	1-Alcançar 86,4% de cobertura vacinal para vacina Tríplice Viral em mulheres de 10 a 49 anos; 2-Alcançar cobertura vacinal de pelo menos 60% da população total(12.152 índios) com esquema vacinal completo nas aldeias	Cobertura alcançada Cobertura alcançada	%	3.273 7.291	3.323,00 7.344,00	29.779,00	

						Potiguara;	Cobertura alcançada		118	93		
						3- alcançar 83,3% de cobertura vacinal para a vacina tetravalente e ou pentavalente em crianças menores de 01 ano (141 crianças) no dsei Potiguara;	Cobertura alcançada		3.220	2.655		
						4- Alcançar cobertura vacinal de 85% para vacina Dupla Adulto, em mulheres em idade fértil de 10 a 49 anos (3789 mulheres);	Cobertura alcançada		133	129		
						5- alcançar 95% de cobertura vacinal para a Poliomielite em menores de 01 ano (141 criança);	Cobertura alcançada		1.135	1.022		
						6- Alcançar cobertura vacinal de 97,3% para vacina Hepatite B, na faixa etária de 1 a 4 anos (1167 crianças);	Cobertura alcançada		1.047	8		
						7- Alcançar cobertura vacinal de 89,8% para vacina Tríplice Viral, na faixa etária de 1 a 4 anos (1167 crianças);			6			
						8- Ampliar o número de entradas de equipes de vacinação nas aldeias de difícil acesso						
10	423	0150	8743	A	3	Nº 43103 - DSEI Potiguara - Implantação o das ações	Percentual de aldeias com vigilância implantada		15	25	700,00	

						da Vigilância das doenças e agravos não- transmissiv eis							
10	423	0150	8743	A	3	N]39256 - Dsei potiguara - Implementa ção das ações de vigilância e segurança alimentar e nutricional	1-Ampliar em pelo menos 10% o número de consultas programáticas; 2-Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média de escovação bucal supervisionada; 3-Ampliar em pelo menos 10% a conclusão de tratamento odontológico básico; 4-Atingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos para uma população de 12.018 indígenas	Nº de consultas realizadas Média de cobertura Nº de tratamentos concluídos Média de procedimentos alcançados	Unidad e Média Unidad e média	3.389 16.326 1.094 18.027	3.707 15.117 1.268 14.978	124.173, 94	
10	423	0150	8743	A	3	Nº 39797 - Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	1-Beneficiar 09 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas	Aldeia beneficiada	unidad e	9	0	9.500,00	
GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	Nº 39938 - Participaçã o de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação	1-Promover a participação de 70 servidores públicos federais em eventos de capacitação	Nº de participação	unidad e	70	67	720.339	

10	122	0750	2000	A	4	Nº39858 - CorePB/Sociais- Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	1-Desenvolver ações de Promoção à Saúde relacionados ao Programa de Dependência Química na Core-PB; Programa de Melhoria de Qualidade de Vida e a prática de Ginástica Laboral na CorePB;	Ações implementadas	unidade	3	1	34.000	
10	122	0750	2000	A	4	Nº 39937 - Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental	1- Constituir Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no Laudo de Avaliação Ambiental; 2-Executar 03 medidas corretivas apontadas no Laudo de Avaliação Ambiental realizado no ano de 2006.	GT constituído Medidas executadas	unidade	1 3	0 3	287.115,44	
10	122	0750	20CW	A	4	Nº39918 - Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos/Exames Periódicos	1-Realizar Exames Periódicos em 100% dos servidores descentralizados (1103); 2-Realizar Exames Periódicos em 100% servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários (207) em exercício na Core-PB.	Servidor beneficiado Servidor beneficiado	unidade	1.103 207	0,0 0,0	271.207,00	

Fonte: PlamSUS

* Justificativa sobre a não informação dos valores referentes à execução financeira das subações desta Suest:

A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”.

Justificativa: as operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 2.5 - Programação de Despesas Capital

Quadro 2.5 Programação de Despesas Capital Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”.

Justificativa: as operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 2.6 – Quadro resumo da programação de despesas

Quadro 2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”.

Justificativa: as operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

SIAFI

Base: 31-JAN-2011

Exercício: 2010.

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Mês de Referência DEZEMBRO
 Tipo de Valor Saldo Atual
UG Executora 255015 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PB

Grupo de Despesa		Programa de Trabalho		Provisão Recebida
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	092720089018 10001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	78.934,07
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101220750200 00001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	6.984,98
1 Total				85.919,05
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101220122227 20001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	627.719,02
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101220150227 20001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	204.553,64
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101220750200 00001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	1.394.175,05
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101221287227 20001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	435.975,68
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101280016457 20001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	97.843,55
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	104230150874 30001	PROMOCAO, VIGILANCIA, PROTECAO E RECUPERACAO DA SAUDE INDIGENA - NACIONAL	1.636.569,63
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105410122690 80001	FOMENTO A EDUCACAO EM SAUDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIENTAL - NACIONAL	17.464,68
3 Total				4.414.301,25
4	INVESTIMENTOS	101220122227 20001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	8.649,95
4	INVESTIMENTOS	101220750200 00001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	289.115,44
4	INVESTIMENTOS	103020150386 90001	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA - NACIONAL	91.910,97
4	INVESTIMENTOS	105111287768 40001	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL	999.623,32
4 Total				1.389.299,68
Total geral				5.889.519,98

Fonte: Siafi gerencial

Análise crítica

Ainda que se tenha recebido recursos para o desenvolvimento do programa de trabalho da unidade no exercício em referência, há que se destacar que o montante recebido não atendeu de forma integral às necessidades de recursos da unidade. Dessa forma, algumas ações tiveram os seus

quantitativos reduzidos, impactando, de forma negativa, no alcance de algumas metas estabelecidas para o exercício. Outro fator negativo foi a demora no repasse dos recursos, por parte da Presidência da Instituição.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ;
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação;
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Assim, o conjunto relacionado no item 1 somente deverá ser preenchido pelas UJ que também tenham preenchido os três (3) primeiros quadros da PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6), enquanto o relacionado no item 2 deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				

Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”.

Justificativa: esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”.

Justificativa: esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação**Quadro 2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação**

Siafi 2009 Base: 22-JAN-2010 **exercício:**

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
 Mês de Referência DEZEMBRO
 Tipo de Valor Saldo Atual
 Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

UG Executora 255015 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB

Modalidade de Licitação		Valores Pagos	Empenhos liquidados
02	Convite	21.439,00	21.439,00
06	Dispensa de licitação	27.720,78	27.720,78
07	Inexigível	1.099.791,81	1.099.791,81
08	Não se aplica	1.030.352,86	1.030.352,86
09	Suprimento de fundos	53.533,95	53.533,95
12	Pregão	1.504.473,11	1.506.921,11
Total		3.737.311,51	3.739.759,51

Fonte: Siafi/gerencial

Natureza da Despesa Detalhada		Valores Pagos	Empenhos liquidados
33901414	DIÁRIAS NO PAIS	2.180.511,77	2.180.511,77
33901414 Total		2.180.511,77	2.180.511,77
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	809.460,00	809.725,50
33903602 Total		809.460,00	809.725,50
Total geral		2.989.971,77	2.990.237,27

SIAFI

Base: 31-JAN-2011

exercício: 2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora

36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

UG Executora

255023 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

Modalidade de Licitação		Valores Pagos	Empenhos liquidados
03	Tomada de preço	233.687,71	351.758,85
06	Dispensa de licitação	28.322,29	28.322,29
07	Inexigível	1.073.518,49	1.152.462,06
08	Não se aplica	1.365.029,24	1.365.029,24
09	Suprimento de fundos	29.936,36	29.936,36
12	Pregão	1.443.830,38	1.649.765,71
Total		4.174.324,47	4.577.274,51

Natureza da Despesa Detalhada		Empenho Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	3.460,69	3.460,69
33901414 Total		3.460,69	3.460,69

33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	2.306,90	2.306,90
33903602 Total		2.306,90	2.306,90
Total geral		5.767,59	5.767,59

Fonte: Siafi/gerencial

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

O Quadro abaixo contempla os “Quadro 2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação e o “Quadro 2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação”.

Siafi

Base: 22-JAN-2010 exercício: 2009
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
Unidade Orçamentária 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

UG Executora 255015 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PB

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa	Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Processados Inscrição	Não	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	934.583,74	934.583,74		934.583,74
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	805.857,05	299.569,20	505.137,85	300.719,20
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	132.005,98	117.005,98	15.000,00	117.005,98
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	31.349,75	31.349,75		31.349,75
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	683.927,30	649.072,50	34.854,80	649.072,50
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	2.082.136,62	1.627.617,57	453.221,05	1.628.915,57

			JURIDICA				
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.974,37	52.974,37		52.974,37
3 Total				4.722.834,81	3.712.173,11	1.008.213,70	3.714.621,11
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	212.034,93	25.138,40	186.896,53	25.138,40
4 Total				212.034,93	25.138,40	186.896,53	25.138,40
Total geral				4.934.869,74	3.737.311,51	1.195.110,23	3.739.759,51

Fonte: Siafi/gerencial

Siafi Base: 31-JAN-2011 exercicio: 2010
 Moeda: REAL (Em unidade monetária)
 Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
 Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
 Mês de Referência DEZEMBRO
 Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora

255015 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.274.877,40	1.274.877,40		1.274.877,40
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	312.377,17	218.221,33	34.597,60	277.779,57
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	147.602,90	127.155,60	20.447,30	127.155,60
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	15.581,75	15.581,75		15.581,75
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	696.648,41	598.177,54	4.104,61	692.543,80
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.901.754,94	1.638.911,66	131.888,88	1.769.866,06
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.409,30	9.312,15	97,15	9.312,15

3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	39.967,58	39.967,58		39.967,58
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	16.081,80	16.081,80		16.081,80
3 Total				4.414.301,25	3.938.286,81	191.135,54	4.223.165,71
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	1.378.649,73	233.687,71	1.026.890,88	351.758,85
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	10.649,95	2.349,95	8.300,00	2.349,95
4 Total				1.389.299,68	236.037,66	1.035.190,88	354.108,80
Total geral				5.803.600,93	4.174.324,47	1.226.326,42	4.577.274,51

Fonte: Siafi/gerencial

Análise crítica

Conforme explicitado na análise crítica do quadro 2.7, alguns itens de despesas sofreram pequenas restrições, tendo em vista, a insuficiência de recursos recebidos em alguns elementos. As licitações, no geral, foram realizadas sem quaisquer prejuízos, mas as demais despesas, com exceção daquelas com pessoal, tiveram reduções. Em outras palavras, as metas estabelecidas para o exercício careceram de revisão, em função de contingenciamentos efetuados pelo nível central da Instituição. Pode ser considerada como fator negativo, a demora no repasse dos recursos para a efetivação das despesas. Ainda assim, não ficaram pendências significativas que possam onerar o próximo exercício. As pendências poderão ser resolvidas, sem embargo do desenvolvimento do plano de trabalho de 2011.

Indicadores Institucionais

Tabela 53 - Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde	Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas	$\frac{\text{Nº de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{Nº total de aldeias programadas no período}} \times 100$	$\frac{0}{9} \times 100 = 0$		Relatórios de monitoramento das Ascom/Coordenadoria e Presidência	Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	100	09	0
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{Nº de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	$\frac{02}{42} \times 100 = 4,7$	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Coordenadorias e Presidência	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest	0	42	4,76

Indicadores de saneamento ambiental

Tabela 54 - Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
-----------	------------	--------------------	--------------------	------	-------	--------------------	---------------------------------	----------------	-----------	----------------

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{20}{98} * 100$ $\frac{02}{98} * 100$ $\frac{01}{98} * 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	7,86% das obras não ultrapassaram o índice de 30% 0,0% se encontra com execução entre 70% e 100%. 0,0% das obras encontram-se concluídas.	5% das obras concluídas	20,4% das obras não ultrapassaram o índice de 30%. 2,04% se encontram com execução entre 70% e 100%. 1,02% das obras encontram-se concluídas.
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$(6/29)*100$ $(1/29)*100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico	Densp Depin Suest	3,44% das obras não ultrapassaram o índice de 30% 0,0% se encontra	5% das obras concluídas	20,7% das obras não ultrapassaram o índice de 30%. 3,44% se encontram

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
(*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)		$\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{Nº obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	(0/29)*100			de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)		com execução entre 70% e 100%. 0,0% das obras encontram-se concluídas.		com execução entre 70% e 100%. 0,0% das obras encontram-se concluídas.
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2009 OBS.:Será por Core – definido em reunião com	Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA(*)}}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{20}{20} * 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	100% das obras encontram-se concluídas.	100% das obras concluídas	100% das obras encontram-se concluídas

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
técnicos do Densp em 08.10.09										
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*)Acumulado – 2007 a 2009)	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	$\frac{20}{20} * 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	100% das obras encontram-se concluídas.	100% das obras concluídas	100% das obras encontram-se concluídas
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias,	Medir o percentual de sistemas de abastecimento	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	$\frac{33}{33} * 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento -to Progra	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita	DENSP Suest	100% das obras encontram-se concluídas.	100% das obras concluídas	100% das obras encontram-se concluídas

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Monitoramento de água monitorado				mação de acompanhamento	de acompanhamento (Diesp)				
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$		Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Diesp) Planilha de acompanhamento (Diesp/Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Diesp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	Não existiam obras previstas para SAA em quilombolas no PAC.	Não existiam obras previstas para SAA em quilombolas no PAC.	Não existiam obras previstas para SAA em quilombolas no PAC.
Percentual de domicílios com	Verificar o percentual de domicílios	$\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$		Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema	DENSP/Suest			

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2009	com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas		$\frac{1536}{5392} * 100$			Programação do PAC		19,9% das MSDs previstas encontraram-se concluídas	30% das MSDs concluídas	28,5% das MSDs previstas encontraram-se concluídas

Cumprimento das metas físicas.

- Podemos perceber que houve um avanço considerável na execução dos serviços entre os anos de 2009 e 2010;
- Como as metas do Plano Operacional desta Superintendência são baseadas na totalidade dos convênios firmados, englobando PAC, CV e EP, não foram estabelecidas metas específicas para os convênios do PAC. Porém, de acordo com estimativas formadas através de análise ao Plano operacional e aos Sistemas de Gerenciamento, pudemos estimar as metas apresentadas para este ano, referentes ao PAC.

Subações que apresentaram problemas de execução

- Houve problemas de execução praticamente em todas as subações, fazendo com que as metas estimadas não tenham sido atingidas. Isto se deve, principalmente, pelo fato de não ser possível uma atuação mais presente dos fiscais de convênio deste órgão junto aos Municípios, devido à insuficiência no número de técnicos, dada a grande demanda de Convênios.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

- As subações referentes à Área Indígena superaram as metas estabelecidas, principalmente, pelo fato da execução dos serviços ser de forma direta, com os analistas deste órgão atuando como fiscais da obra, diferentemente dos outros convênios, quando atuam como fiscais do convênio.

3. Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

O Quadro 3.1 visa a demonstrar a movimentação e o saldo, no exercício de referência do Relatório de Gestão, das Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

Quadro 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos					Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Não houve ocorrência no período					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Não houve ocorrência no período para as contas contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.					

Fonte:

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Objetivo: Obter informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada em um único demonstrativo de modo a se obter os dados referentes à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Referências:

Lei nº 4320/64

Lei nº 12.017/ 2009 (LDO 2010)

Decreto nº 93.972/86

Decreto nº 6.708/2008

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O Quadro 4.1 abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro 4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.448,00	-	2.448,00	-
2008	122.127,04	6.832,87	115.943,17	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.195.110,23	215.289,99	892.783,84	87.036,40
2008	2.745.656,60	109.906,78	2.635.100,82	-
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

5. Informações sobre Recursos Humanos

Texto: Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

- composição do quadro de servidores ativos;
- composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- composição do quadro de estagiários;
- Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
- indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

Objetivo: Obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada de modo a se obter dados sobre a composição e custos do quadro de recursos humanos da UJ, indicadores gerenciais porventura instituídos pela UJ sobre a gestão de recursos humanos e análise crítica da UJ sobre a situação da sua gestão de recursos humanos.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal dos três (3) poderes da União que operam sob o regime geral da Lei nº 8.112/90.

Referências:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

Leis de carreira dos servidores públicos civis e militares dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal dos três (3) poderes da União;

Leis especiais sobre o instituto da requisição de servidores de outros órgãos e esferas.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

A composição do quadro de servidores ativos da UJ deverá ser demonstrada por intermédio de três (3) demonstrativos: o primeiro compreenderá a lotação efetiva e autorizada do quadro de recursos humanos da UJ, bem assim os ingressos e egressos de servidores no exercício de 2010; o segundo, a composição do quadro de pessoal por faixa etária dos servidores; e o terceiro a composição do quadro de pessoal por nível de escolaridade.

O Quadro 5.1 abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado, compreende uma planilha onde na primeira coluna são discriminadas algumas tipologias de cargos da Administração Pública, enquanto as quatro (4) colunas restantes informam sobre a Lotação Autorizada, a Lotação Efetiva, o número de Ingressos em 2010 e o número de Egressos em 2010, para cada tipologia discriminada na primeira coluna.

Quadro 5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		175	1	56
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		3		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		-		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		1		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		7	1	
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		345		705
1.4.2 Removidos		-		
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		1		
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		2	2	
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo		5		2
2.2.5 Aposentado				

2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		14		2
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total		553	4	765

Fonte: Relatório de Gestão da CGERH/PRES - SIAPE

O Quadro 5.2 abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo, contempla a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no Quadro 5.1 anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco (5) colunas discriminando cinco (5) faixas etárias sucessivas e complementares.

Quadro 5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	5	61	88	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	3	1	1	1
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		4	126	201	16
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2		3	2	
2.3. Funções gratificadas			9	4	1

Fonte: Relatório de Gestão da CGERH/PRES - SIAPE

O Quadro 5.3 abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo, que contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no **Quadro 5.1 anterior**, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove (9) colunas discriminando nove (9) níveis de escolaridade distintos.

Quadro 5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	12	25	64	78			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						7			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		26		34	136	151			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	5			
2.3. Funções gratificadas				2	7	5			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 -

Não Classificada.

Fonte: Relatório de Gestão da CGERH/PRES - SIAPE

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ somente deverá ser preenchida pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. Esta composição deverá ser demonstrada por intermédio de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

O Quadro 5.4 abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de 2010, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

Quadro 5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	481	22
1.1 Voluntária	389	22
1.2 Compulsório	2	
1.3 Invalidez Permanente	90	
1.4 Outras		
2 Proporcional	96	1
2.1 Voluntária	64	
2.2 Compulsório	10	
2.3 Invalidez Permanente	21	
2.4 Outras	1	1

Fonte: Relatório de Gestão da CGERH/PRES - SIAPE

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Integral – Regime de proventos no qual o provento recebido pelo servidor não sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Voluntária: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal;

Compulsória: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal;

Invalidez Permanente: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

Outras: Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Proporcional – Regime de proventos no qual o provento recebido pelo servidor sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Voluntária: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal;

Compulsório: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal;

Invalidez Permanente: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

Outras: Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Quantitativo de servidores: Número total de servidores aposentados na UJ, por regime de provento e de aposentadoria.

Aposentadorias em 2010: Número de aposentadorias na UJ ocorridas no exercício de 2010, em cada um dos regimes.

O Quadro 5.5 abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminadas dois (2) regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos beneficiários e o número de pensões ocorridas no exercício de 2010, vinculados a cada regime de proventos.

Quadro 5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	547	28
2. Proporcional		

Fonte: Relatório de Gestão da CGERH/PRES - SIAPE

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Integral – Regime de proventos no qual o provento originário recebido pelo servidor não sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Proporcional – Regime de proventos no qual o provento originário recebido pelo servidor sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Quantitativo de beneficiários: Número total de beneficiários das pensões dos servidores UJ, por regime de proventos originários do servidor.

Pensões concedidas em 2010: Número de pensões concedidas pela UJ no exercício de 2010.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

A composição do quadro de estagiários da UJ somente deverá ser preenchida pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. Esta composição deverá ser demonstrada por intermédio de um (1) demonstrativo contemplando os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes pelo nível de escolaridade exigido, distinguindo-se a alocação na área fim e na área meio, conforme apresentado no **Quadro 5.6** abaixo.

Quadro 5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	17	15	14	14	108.168,37
Área Fim					
Área Meio	17	15	14	14	
Nível Médio	24	20	25	27	87.445,08
Área Fim					
Área Meio	24	20	25	27	

Fonte: Relatório de Gestão da CGERH/PRES - SIAPE

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Nível de Escolaridade: O nível de escolaridade se divide em superior, equivalente a formação acadêmica de 3º grau, e nível médio, correspondente à formação acadêmica de 2º grau.

Área Fim: Área de atividades da UJ correspondente as suas finalidades e objetivos precípuos;

Área Meio: Área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas;

Custo do exercício: Custo incorrido no exercício com o pagamento de estagiários.

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

A composição do quadro de custos de recursos humanos da UJ deverá ser demonstrada no quadro a seguir, que discriminará, para sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal, conforme apresentado no Quadro 5.7 abaixo.

Quadro 5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros do poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	34.421.830,64	340.152,97	4.056.169,11	1.639.215,50	648.990,24	741.442,18	11.791.019,80	53.638.820,44
2009	38.170.553,19	327.831,29	4.646.432,52	4.197.737,30	954.583,74	1.142.865,10	14.266.520,41	63.706.523,55
2010	32.243.901,20	279.652,01	2.637.241,70	2.830.086,01	1.290.959,20	1.374.903,45	14.213.998,52	54.870.742,09
Servidores em Contrato Temporários								
2008	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00
2009	336.207,66	0	0	0	0	0	0	336.207,66
2010	468.570,00	0	0	60.094,40	0	0	0	528.664,40
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		256.356,43						256.356,43
2009		257.052,48						257.052,48
2010		260.225,6						260.225,6

		6						
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008								
2009								
2010								
Fonte:	Relatório de Gestão da CGERH/PRES – SIAPE-SIAFI							

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

A primeira estrutura de informação, referente ao Quadro de custos de recursos humanos da UJ, encontra-se dividida em sete (7) categorias funcionais: Membros de poder e agentes políticos; Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão; Servidores com Contratos Temporários; Servidores Cedidos com ônus ou em Licença; Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial; Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior; Servidores ocupantes de Funções gratificadas. Cada categoria compreende sete (7) itens de informação referentes aos exercícios 2008, 2009 e 2010, que são:

Vencimentos e vantagens fixas - Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40, 244 e 62-A da Lei n° 8.112/90, respectivamente;

Retribuições - Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei n° 8.112/90;

Gratificações - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei n.º 8.112/90;

Adicionais - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, da Lei n.º 8.112/90;

Indenizações - Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei n.º 8.112/90;

Benefícios Assistenciais e previdenciários: Valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na EC n.º 41/2003;

Demais despesas variáveis: Valores pagos aos servidores que não se enquadram nos títulos anteriores.

O preenchimento do Quadro de custos de recursos humanos deverá considerar cada grupo de informação, preenchendo-se os sete (7) itens de informação acima descritos para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, observando-se o seguinte: para os itens que não se aplicarem à UJ devem ser informados valores zero; ainda que a UJ use terminologia diferente, os custos remuneratórios incorridos devem ser informados, em sua totalidade, por meio das rubricas constantes em cada grupo de informação; os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS devem ser desconsiderados.

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra serão demonstrados por intermédio de três (3) demonstrativos: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene ostensiva; Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra; Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra.

O Quadro 5.8 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde													
UG/Gestão: 255015/36211						CNPJ: 26.989.350/0012-79							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	09/2010	023221360/001-43	22/11/2010	21/11/2011							A
2005	V	O	15/2005	09222175/001-18	15/12/2009	14/12/2010	10	8	8	8	0	8	E
2009	L	O	15/2009	09.171.533/0001-00	04/01/2010	03/01/2011	6	6	6	6	0	6	A
2008	L	O	02/2008	08545485/00100	16/05/2010	15/05/2011	8	22	14	22			P

Observação:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

O Quadro 5.9 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste Quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro 5.8 anterior.

Quadro 5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde													
UG/Gestão: 255015/36211						CNPJ: 26.989.350/0012-79							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	02/2010	10.548.761/0001-36	01/04/2010	31/03/2011	0	2	2	2	0	2	A
2010	2	O	03/2010	10.548.761/0001-36	01/04/2010	31/03/2011	0	2	2	2	0	2	A

Observação:

<p>LEGENDA Área: 1.Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2.Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3.Tecnologia da Informação; 4.Serviços de Copa e Cozinha; 5.Manutenção e conservação de Bens Móveis; 6.Serviços de Brigada de Incêndio; 7.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 8.Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--

Fonte:

O Quadro 5.10 abaixo compreende a situação em 31/12/2010 da distribuição de trabalhadores contratados mediante os contratos de locação de mão de obra relacionados nos Quadros 5.8 e 5.9 anteriores pelas unidades administrativas associadas à UJ.

Quadro 5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
09/2010	10	12	DSEI/POTIGUARA
15/2005	10	08	SEDE FUNASA/PB
15/2009	09	06	DSEI/POTIGUARA
02/2008	09	22	SEDE FUNASA/PB
02/2010	04	02	DSEI/POTIGUARA
03/2010	04	02	SEDE FUNASA/PB

<p>LEGENDA Área: 1.Apoio Administrativo Técnico e 2.Operacional; 3.Tecnologia da Informação 4.Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 5.Serviços de Copa e Cozinha; 6.Manutenção e conservação de Bens Móveis; 7.Serviços de Brigada de Incêndio; 8.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 9.Higiene e Limpeza; 10.Vigilância Ostensiva; 11.Outras.</p>

Fonte:

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Presidência da Funasa instituiu a partir do Decreto 7.133 de 19/3/2010 e da Portaria nº 1.901 de 15 de setembro de 2010; critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização da avaliação de Desempenho (Individual e Institucional) e o pagamento das gratificações de desempenho das carreiras dos servidores da Funasa, bem como a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade exclusiva de elaborar a proposta de implementação da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional composto por dois subgrupos: Subgrupo1 – Avaliação Individual

LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 -	Convênio				1 -	Adimplente			
2 -	Contrato de Repasse				2 -	Inadimplente			
3 -	Termo de Parceria				3 -	Inadimplência Suspensa			
4 -	Termo de Cooperação				4 -	Concluído			
5 -	Termo de Compromisso				5 -	Excluído			
					6 -	Rescindido			
					7 -	Arquivado			

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Justificativa: a Suest/PB não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Quadro 6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (NÃO SE APLICA À SUEST)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Justificativa: a Suest/PB não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Justificativa: a Suest/PB não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.

Quadro 6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	

CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

O Quadro 6.4 abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades. Dessa forma, a UJ deve identificar, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos “Convênios” e “Contratos de Repasse”, assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

A data que deve ser considerada para identificar a prestação ou não das contas é 31/12/2010. Assim, o Quadro evidenciará a quantidade e o montante repassado dos instrumentos que, até o final do exercício de referência do Relatório, ainda não estavam com a prestação de contas atualizada pelo conveniente ou contratado.

6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Quadro 6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
CNPJ: 26.989.350/0012-79		UG/GESTÃO: 255015/36211			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Contratos de Repasse		
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	69	
		Montante Repassado (R\$)	30.703.029,80		
Contas NÃO prestadas	Quantidade	69			
	Montante Repassado (R\$)	5.890.879,98			
2009	Contas prestadas	Quantidade	48		
		Montante Repassado (R\$)	6.461.791,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	48		
		Montante Repassado (R\$)	3.570.740,65		
2008	Contas prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado (R\$)	297.627,94		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado (R\$)	92.369,00		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado (R\$)	0		

Fonte:

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

O Quadro 6.5 contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ. A data de referência para definir se a conta foi analisada ou não é 31/12/2010.

Quadro 6.5 informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante.						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundação Nacional de Saúde						
CNPJ: 26.989.350/0012-79			UG/GESTÃO: 255015/36211			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			70		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		25		
		Montante repassado (R\$)		2.988.331,22		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		37	
			Quantidade Reprovada		06	
			Quantidade de TCE		01	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		72	
Montante repassado (R\$)			5.890.025,00			
2009	Quantidade de contas prestadas			231		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		121		
		Quantidade Reprovada		16		
		Quantidade de TCE		12		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		90		
Montante repassado (R\$)		7.635.873,48				
2008	Quantidade de contas prestadas			278		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		184		
		Quantidade Reprovada		30		
		Quantidade de TCE		33		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		58		
Montante repassado		4.324.856,21				
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0		
		Montante repassado		0		

Fonte:

Análise crítica

I. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplentes:

As análises financeiras dos convênios e Termos de Compromissos foram efetivados em observância as Instruções Normativas nº.01/97 e 127/08 e, demais instrumentos congêneres.

As medidas adotadas para sanear as transferências em situação de inadimplentes, são as instaurações da competente Tomada de Contas Especial, conforme versam os Artigos 31 e 32, da IN/STN-01/97, sendo, que após o saneamento das impropriedades/irregularidades que promoveram a

tomada de contas especial, a conveniente estará apta a receber os recursos financeiros restantes, caso seja prestação de contas parcial.

II. Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art.12, §1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993, ou legislação que altere:

O Setor de Prestação Contas não tem competência para realizar operações de empenhamentos e anulações orçamentárias, todavia, vale salientar, que as citadas operações eram até dezembro de 2010 efetivas pela CGCON/COCEC/PRESI;

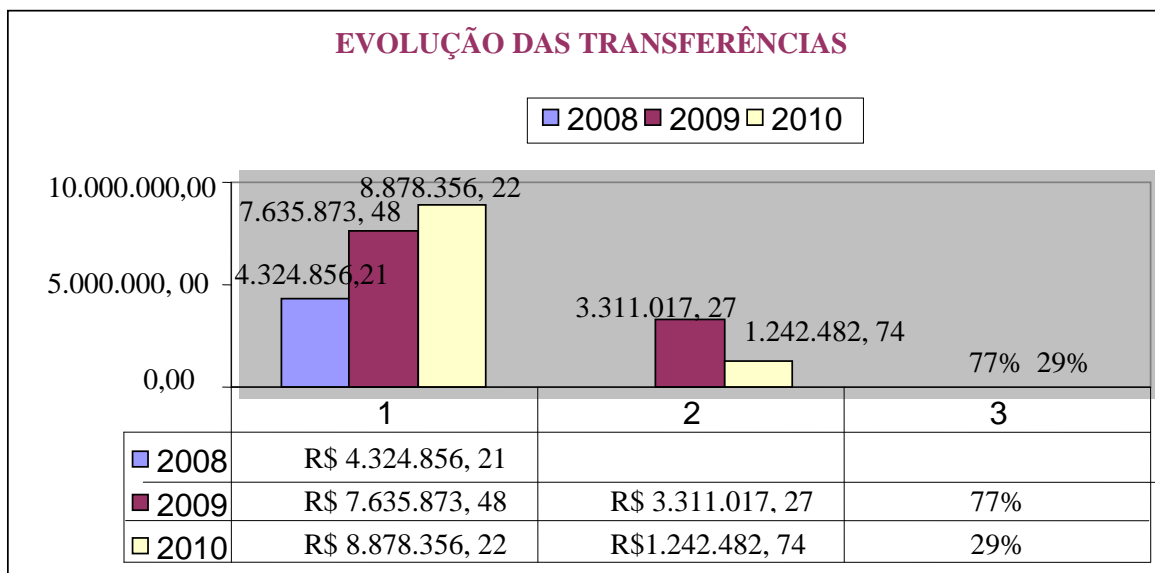
Por força da Portaria Conjunta nº.01, de 17 de fevereiro de 2005, os convênios que eram acompanhados e analisados pela Divisão de Convênios e Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, foram transferidos à Fundação Nacional de Saúde.

Em destaque para está superintendência que recebeu os convênios a partir de maio de 2005, com apenas 03 (três) servidores, para uma tarefa imensa que era além de acompanhar, atender diligência do Ministério Público Federal e analisar prestação de contas dos convênios vigentes, pesava sobre nossos ombros a responsabilidade de liquidação do passivo que fora herdado (não pouco processo) do Ministério da Saúde.

O Setor de Prestação de Contas de Convênios, embora esteja funcionando desde 2005, só passou a existir no organograma da FUNASA a partir dezembro de 2010.

III. Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

De acordo com o controle do Setor de Prestação de Contas, a evolução das transferências ocorreu de forma positiva conforme gráfico a baixo:



IV. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

Uma das medidas adotadas foi à implantação do Serviço de Convênios (setor de habilitação e celebração), bem como a implementação do setor de prestação de contas. Com isso, os serviços que antes eram realizados pela COCEC/CGCON/PRESI, foram descentralizados para a Superintendência Estadual/SECON/SOAB.

V. Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

As prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, estão se desenvolvendo positivamente, bem como, as prestações de contas com prazos regulamentares, considerando que a equipe de analista compõe-se apenas 03 (três) servidores que em 2010 elaboraram 273 Pareceres Financeiros.

VI. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

Informamos que nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 tivemos força-tarefa que contribuiu significativamente para o andamento dos trabalhos, contudo, entendemos ser positivo a evolução das análises efetivadas pelos nossos analistas, se levarmos em consideração o quantitativo de pessoal disponível nas forças tarefas realizadas que eram em média de 04 (quatro) pessoas para o quantitativo do setor de 03 (pessoas).

Em 2009 e 2010 não tivemos força tarefa para análise das prestações de contas com vigência expirada (passivo) e, o que se percebe é uma equipe de analista dedicada e aplicada que produziu nos anos de 2009 e 2010, as quantidades de 215 e 273 pareceres financeiros, respectivamente, mesmo com apenas 03 (três) servidores.

Podemos afirmar que mesmo com o número de analistas reduzido frente a quantidade de trabalho à ser realizado tais como: a) análise de prestação de contas parcial e final; b) atender diligências do Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria-Geral da União, Prefeituras Municipais do Estado da Paraíba e Auditoria/PRESI; e c) Supervisionar os convênios e termos de compromisso. Este setor tem evoluído de forma positiva.

VII. Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

A equipe tem capacidade de realizar verificação in loco, referente à execução financeira dos convênios e termos de compromisso firmados com os municípios da Paraíba, embora, com o número reduzido de analistas, realizamos supervisões nos anos de 2008, 2009 e 2010 e, tivemos resultados positivos, pois os municípios assistidos responderam positivamente quando da apresentação da prestação de contas parcial e final, tendo em vista que as dúvidas foram esclarecidas, sendo assim, a falta de servidores para completarem a equipe de prestação de contas, tem trazido prejuízo a população que espera ser assistida, o município que por falta de orientação tem sido penalizado e o governo federal que deixa de concretizar mais um benefício social aos municípios carente deste Estado.

7. Registros atualizados no sistema SIASG E SICONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Eu, Bruno Romano do Amorim Gaudêncio, CPF. Nº. 293.221.034-34, ocupante do cargo de Superintendente Estadual desta Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

João Pessoa, PB, 30 de março de 2011

Bruno Romano do Amorim Gaudêncio
Superintendente Estadual na Paraíba

8. Declarações de Bens e Rendas

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

Eu, Bruno Romano do Amorim Gaudêncio, CPF. Nº. 293.221.034-34, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba, declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

João Pessoa, PB, 30 de março de 2011.

Bruno Romano do Amorim Gaudêncio
Superintendente Estadual na Paraíba

9. Sistema de Controle Interno

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- I. ambiente de controle;
- II. avaliação de risco;
- III. procedimentos de controle;
- IV. informação e comunicação;
- V. monitoramento.

Objetivo: Demonstrar a estrutura de controles internos da Unidade Jurisdicionada, de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (compliance) às leis e regulamentos que a regem ou

ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada em um formulário contendo afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. Para cada afirmativa, a UJ deverá indicar um valor na escala de 1 a 5, de acordo com a situação em que se encontrava ao final do exercício de 2010.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Observação: As orientações referentes ao preenchimento dos questionários abaixo serão definidas e posteriormente informadas as Suest.

9.1 Sistema de Controle Interno - Estrutura de controles internos da UJ

Quadro 9.1 - Sistema de Controle Interno - Estrutura de controles internos da UJ

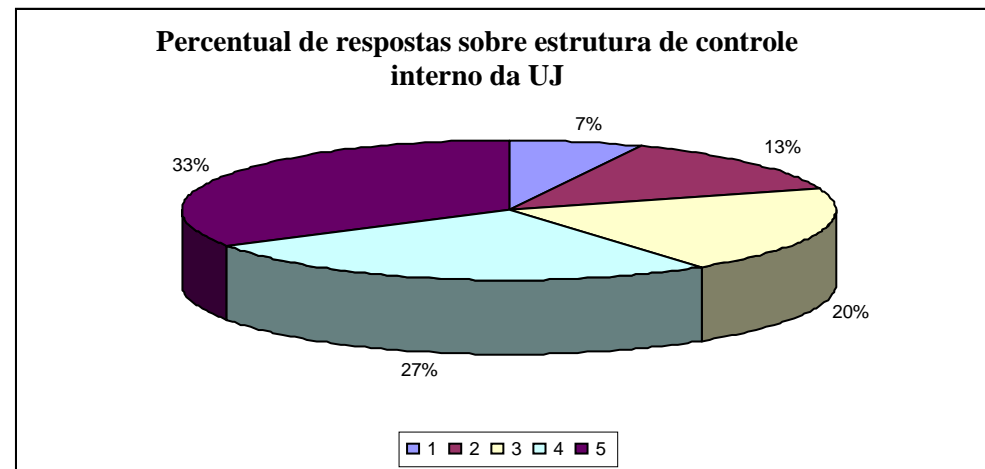
Aspectos do sistema de controle interno/ Ambiente de Controle	Divisão, Serviços e Seções* da UJ que emitiram resposta referente ao “Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ”.												
	DIAD M	DIES P	SACO F	GABINET E SUEST/PB	SERE H	SOPA T	SOMA T	SOTR A	SALO G	SESAM/SEDU C	SOCO M	SECON/SOHA B	SECON/S OPRE
Resposta sobre:													
1- Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	3	3	3	5	1	3	3	0	3	5	2	0
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	2	3	4	3	1	3	3	0	4	4	2	0
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	4	3	4	3	4	3	3	0	2	5	2	0
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	3	3	4	5	1	3	3	0	2	0	4	0
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	4	5	3	4	4	1	3	3	0	4	3	4	0
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	1	3	3	4	1	3	3	0	1	4	4	0
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.													
Avaliação													

1-2-3-4-5	5	4	3	5	4	1	3	3	0	3	3	4	0
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	4	3	5	3	1	3	3	0	1	3	4	0
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	4	3	5	5	1	3	3	0	3	3	5	0
Avaliação de risco													
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	5	3	5	4	1	3	3	0	5	0	4	0
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	2	3	5	4	1	4	3	0	4	3	4	0
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	1	3	3	4	1	3	3	0	2	3	3	0
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	1	3	3	3	1	3	3	0	2	4	3	0
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	1	3	3	4	1	3	3	0	2	4	3	0
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	1	3	3	3	1	3	3	0	2	5	3	0
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	3	3	3	1	1	3	3	0	3	5	1	0
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.													

Avaliação													
1-2-3-4-5	5	5	3	5	5	1	4	3	0	4	5	5	0
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	4	3	5	4	4	4	3	0	4	5	4	0
Procedimentos de Controle													
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	2	3	4	5	1	3	3	0	2	4	4	0
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	2	3	5	4	1	3	3	0	3	4	4	0
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	4	3	5	4	1	3	3	0	3	4	4	0
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	4	3	5	4	1	3	3	0	3	4	4	0
Informação e Comunicação													
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	5	3	4	4	1	4	3	0	4	5	4	0
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	5	3	4	4	1	4	3	0	5	4	4	0
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	5	3	4	4	1	4	3	0	5	4	2	0
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	5	5	3	5	4	1	4	3	0	4	4	2	0
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.													
Avaliação													

1-2-3-4-5	5	5	3	4	5	1	3	3	0	5	4	4	0
Monitoramento													
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	3	3	4	4	1	3	3	0	4	4	3	0
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	4	3	4	4	1	3	3	0	4	5	3	0
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	3	4	3	4	5	1	3	3	0	4	5	3	0
Considerações gerais	A metodologia utilizada para coleta dos dados: inicialmente foi enviado para todos os serviços/setores da UJ, Memorando Circular (nº 06/2011/Gab/Suest/PB em 15/03/2011) contendo os respectivos itens (9 e 10) do Relatório de Gestão com as devidas orientações e informações sobre o preenchimento do mesmo. Após a coleta destas informações foi feita uma tabulação dos dados (respostas) emitida pelos respectivos Chefes/técnicos dos serviços desta UJ, conforme tabela acima descrita. O consolidado (%) de respostas estão descritos em gráficos, conforme demonstração abaixo. O Serviço de Saúde Ambiental/SESAM se manifestou informando que respondeu este questionário com representantes deste Serviço e da Seção de Educação em Saúde/SEDUC.												

Gráfico I - Percentual de respostas emitidas pela Divisão, Serviços e Seções da UJ (Suest/PB) referentes ao - Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.



Legenda: Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Objetivo: Verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da unidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, tendo em vista o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

Estrutura de Informação: A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter da UJ seu nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta deve ser indicada pela assinalação de um “X” em uma escala de 1 a 5.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Referências:

Decreto nº 5.940/2006;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010.

Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental /Licitações Sustentáveis	Divisão, Serviços e Seções* da UJ que emitiram resposta referente ao “Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis”												
	DIADM	DIESP	SACOF	GABINETE SUEST/PB	SEREH	SOPAT	SOMAT	SOTRA	SALOG	SESAM	SOCOM	SECON/SOHAB	SECON/SOPRE
Resposta sobre:													
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.													
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>Resposta/SALOG: IN Nº 01/2010</i>													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	3	3	3	5	1	3	3	5	1	3	3	0
2 - Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	1	3	3	4	3	3	3	5	1	3	3	0
3 A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	1	3	4	5	3	2	3	5	1	5	3	0
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.													
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <i>Resposta/SALOG: INMETRO ABNT – NBR 15448 – 115448-2</i>													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	3	3	3	4	3	2	3	5	3	3	4	0
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>Resposta/SOMAT: um impacto considerável</i>													

Avaliação													
1-2-3-4-5	0	1	3	5	5	3	4	3	1	3	0	1	0
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <i>Respostas/SALOG, SOMAT, DIESP: papel reciclável.</i>													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	5	3	5	5	3	4	3	5	2	3	5	0
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	3	3	3	4	3	3	3	1	1	0	3	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	3	3	3	4	3	3	3	1	3	4	3	0
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	3	3	3	5	3	4	3	5	5	5	2	0
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	4	3	3	4	3	4	3	5	4	0	3	0
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	3	3	3	3	1	4	3	5	4	5	5	0
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	1	3	3	3	3	3	3	1	2	5	2	0
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.													

<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?													
Avaliação													
1-2-3-4-5	0	1	3	3	5	3	3	3	1	1	4	1	0
Considerações gerais	A metodologia utilizada para coleta dos dados: inicialmente foi enviado para todos os serviços/setores da UJ, Memorando Circular (nº 06/2011/Gab/Suest/PB em 15/03/2011) contendo os respectivos itens (9 e 10) do Relatório de Gestão com as devidas orientações e informações sobre o preenchimento do mesmo. Após a coleta destas informações foi feita uma tabulação dos dados (respostas) emitida pelos respectivos Chefes/técnicos dos serviços desta UJ, conforme tabela acima descrita. O consolidado (%) de respostas estão descritos em gráficos, conforme demonstração abaixo. O Serviço de Saúde Ambiental/SESAM se manifestou informando que respondeu este questionário com representantes deste Serviço e da Seção de Educação em Saúde/SEDUC.												

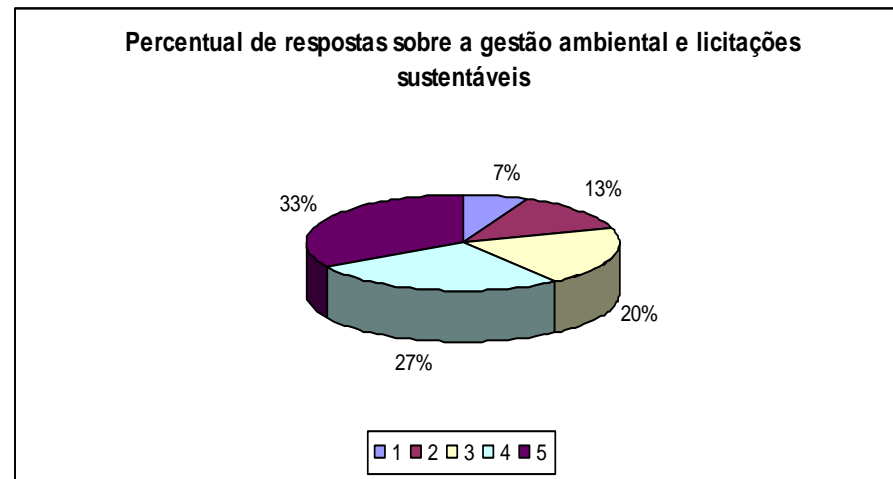


Gráfico II - Percentual de respostas emitidas pela Divisão, Serviços e Seções da UJ (Suest/PB) referentes ao - Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Legenda: Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. Gestão de Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

Objetivo: Analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

Referências normativas:

Decreto-Lei nº 9.760/1946;

Lei nº 9.636/1998;

Portaria SPU nº 241/2009;

Manual do SPIUnet/2007.

Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro 11.1 a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1 PARAÍBA	Σ	Σ
	município 1 JOÃO PESSOA	01	
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ
		01	

Fonte: Siafi/Asi/Web

Quadro 11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro 11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

O Quadro 11.3 a seguir, denominado Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse Quadro devem ser relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2010, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada ou agregada.

Observação: Para melhor apresentação das informações exigidas, esse Quadro poderá ser elaborado com orientação em paisagem, de acordo com o leiaute de página do editor de texto.

Quadro 11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255015	205100167500 -7	10	4	778.936,9 0	10/08/00	2.539,651,0 3	40.828,6 0	
Total							Σ	Σ

Fonte: Siafi/Asi/Web

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Valor do imóvel

Valor histórico: Valor patrimonial do imóvel registrado no sistema, equivalente ao valor de aquisição expresso em reais.

Data da avaliação: Data da última avaliação do imóvel no formato dd/mm/aaaa.

Valor reavaliado: novo valor apurado do imóvel, expresso em reais, que visa estabelecer o valor mais provável de mercado de um determinado bem, considerando-se suas características físicas e econômicas, a partir de exames, vistorias e pesquisas.

Despesas com manutenção

Imóvel: valor total expresso em reais das despesas com manutenção do imóvel no exercício de referência do relatório de gestão.

Instalações: valor expresso em reais das despesas com manutenção das instalações no exercício de referência do relatório de gestão.

Total: totalização dos valores das colunas Despesa com Manutenção – Imóveis e Despesa com Manutenção – Instalações, referentes aos imóveis sob responsabilidade da UJ.

Análise crítica:

Após o preenchimento dos quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica acerca da gestão de imobilizados sob sua responsabilidade, inclusive devendo registrar a existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

12. Informações sobre Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

12.1 Gestão de TI

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Justificativa: a Suest/PB não tem uma estrutura formal de tecnologia da Informação. Esta responsabilidade é de competência da presidência da Funasa.

13 Utilização de Cartões de Pagamento

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.335/2005 e 6.370/2008.

Siafi

Base: 31-JAN-2011 exercício:2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211

Mês de Referência DEZEMBRO

Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora 255015 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PB

Entidade			Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
03646211415	03646211415	LUIZ JOSE FERREIRA DE LIMA	16.874,06
04613830478	04613830478	PAULO PEREIRA DA SILVA	2.482,30
19121890463	19121890463	VANILDO CARDOSO DA SILVA	4.969,80
Total			24.326,16

Fonte:Siafi

14. Renúncia tributária

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Justificativa: a Suest/PB não executa renúncia tributária, ficando esta atividade sob a responsabilidade da Presidência da Funasa.

15. Providências adotadas para atender às deliberações do TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

O Quadro 15.1 abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: Deliberações expedidas pelo TCU, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

Quadro 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU/PR

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA - RA (PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE)			
IDENTIFICAÇÃO DO RA: Trabalhos de “Auditoria de Avaliação de Gestão” – Nº 224112/01, em 29/04/2010, realizado nesta UJ, pelos servidores da CGU Analista de Finanças e Controle: Magno Silva dos Santos e Laerte Dantas da Nóbrega, com determinação de prazos para disponibilizar processos em: 03/05/10 e responder aos questionamentos em 05/05/10.		COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Ofício nº 13553/2010/CGU-Regional/PB/CGU-PR, DE 29/04/2010	
(ITEM DO RA): CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE	RESPOSTA DA UNIDADE
Para atender ao trabalho de “Auditoria de Avaliação de Gestão” realizado nas dependências desta UJ pelos servidores da CGU acima citados, foi disponibilizado documentos para atender aos questionamentos feitos, dos respectivos setores: Diadm; Secon/prestação de contas; Salog, Saeof e Astec.	1- Disponibilizar o Relatório de Gestão do exercício 2009	Astec/Planejamento	Foi disponibilizado pelos assistentes de planejamento desta UJ, uma cópia do Relatório de Gestão exercício 2009.
	2 -Informar sobre providências adotadas pela unidade, quanto às determinações e recomendações do TCU/SECEX ocorridas no exercício 2009.	Diadm	Foi atendido de acordo com a solicitação/demanda da equipe de auditoria.
	3-Informar as providências adotadas no ano 2009 para elidir as ressalvas expostas no Relatório de Auditoria nº 224405(referente à avaliação de gestão do exercício de 2008), desta Controladoria Geral da União/regional-PB.	Diadm, Saeof, Secon/prestação de contas, Salog.	Foi atendido de acordo com a solicitação/demanda da equipe de auditoria.
	4- preencher o quadro – resultados quantitativos e qualitativos – exercício 2009 para cada programa/Ação em execução na Unidade.	Astec/Planejamento	Foi encaminhada pelos assistentes de planejamento desta UJ, uma cópia do respectivo quadro contendo as informações solicitadas pela equipe de auditoria, bem como o envio por meio magnético para a CGU.

	5-Disponibilizar os processos de N° (25210.006635/02/00; 25100.020514/04-16; 25100.043888/05-91; 25100.038571/05-32; 25100.063687/06-91; 25100.063707/06-23; 25100.624775/06-71.	Secun/Prestação de contas	Na ocasião foi disponibilizado pelo respectivo setor os devidos documentos e ou processos para atender a demanda solicitada pela equipe de auditoria nas dependências desta Suest/PB.																											
	6- Informar se as prefeituras (Bayeux – processo: 25210.006634/02-00; Catingueira – processo: 25100.043888/05-91; Conde – processo: 25100.038571/05-32; Serra redonda – processo: 25100.063687/06-91; Gurinhém – processo: 25100.063707/06-23 e Frei Martinho – processo: 25100.624775/06-71, ao celebrar instrumentos de transferência com a Funasa, comprovaram, se for o caso, o cumprimento aos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	Secun/Prestação de contas	Na ocasião foi disponibilizado pelo respectivo setor os devidos documentos/resposta e ou processos para atender a demanda solicitada pela equipe de auditoria nas dependências desta Suest/PB.																											
	<p>7- Esclarecer as inscrições em “Restos a Pagar Não Processados” relacionados a seguir, e apresentar a documentação comprobatória, informando em qual inciso previsto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 fundamentou-se a inscrição.</p> <table border="1" data-bbox="533 743 1227 1463"> <thead> <tr> <th>Conta corrente original</th> <th>Natureza da despesa</th> <th>Restos a Pagar Não-Processados a liquidar.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009NE900654</td> <td>449052 equipamentos e material permanente</td> <td>R\$ 31.485,22</td> </tr> <tr> <td>2009NE900688</td> <td>449052 equipamentos e material permanente</td> <td>R\$ 23.980,00</td> </tr> <tr> <td>2009NE900043</td> <td>339037 locação de mão de obra</td> <td>R\$ 28.268,76</td> </tr> <tr> <td>2009NE900557</td> <td>339037 locação de mão de obra</td> <td>R\$ 12.999,97</td> </tr> <tr> <td>2009NE900548</td> <td>339030 material de consumo</td> <td>R\$ 67.628,68</td> </tr> <tr> <td>2009NE900553</td> <td>339030 material de consumo</td> <td>R\$ 48.406,05</td> </tr> <tr> <td>2008NE900570</td> <td>449051 obras e instalações</td> <td>R\$ 191.875,42</td> </tr> <tr> <td>2008NE900576</td> <td>449051 obras e instalações</td> <td>R\$ 61.589,88</td> </tr> </tbody> </table>	Conta corrente original	Natureza da despesa	Restos a Pagar Não-Processados a liquidar.	2009NE900654	449052 equipamentos e material permanente	R\$ 31.485,22	2009NE900688	449052 equipamentos e material permanente	R\$ 23.980,00	2009NE900043	339037 locação de mão de obra	R\$ 28.268,76	2009NE900557	339037 locação de mão de obra	R\$ 12.999,97	2009NE900548	339030 material de consumo	R\$ 67.628,68	2009NE900553	339030 material de consumo	R\$ 48.406,05	2008NE900570	449051 obras e instalações	R\$ 191.875,42	2008NE900576	449051 obras e instalações	R\$ 61.589,88	Saeof	As inscrições de <i>Restos a Pagar e Não processados</i> estão em consonância com o Art. 35 do Decreto 93.872/86, inciso II.
Conta corrente original	Natureza da despesa	Restos a Pagar Não-Processados a liquidar.																												
2009NE900654	449052 equipamentos e material permanente	R\$ 31.485,22																												
2009NE900688	449052 equipamentos e material permanente	R\$ 23.980,00																												
2009NE900043	339037 locação de mão de obra	R\$ 28.268,76																												
2009NE900557	339037 locação de mão de obra	R\$ 12.999,97																												
2009NE900548	339030 material de consumo	R\$ 67.628,68																												
2009NE900553	339030 material de consumo	R\$ 48.406,05																												
2008NE900570	449051 obras e instalações	R\$ 191.875,42																												
2008NE900576	449051 obras e instalações	R\$ 61.589,88																												

	2009NE900616	339039 outros serviços de terceiros -PJ	R\$ 181.742,62		
	2009NE900617	339039 outros serviços de terceiros -PJ	R\$ 56.040,00		
	8- Caso existam passivos inscritos na conta 2.1.2.1.1.11.00 (fornecedores por insuficiência de recursos/créditos), informar quais as providências adotadas para regularização da situação, e, na oportunidade, disponibilizar os pertinentes documentos.			Saeof	O setor informa que não existe saldo na conta 2.1.2.1.1.11.00 conforme consulta no Siafi.
	9- Caso a unidade execute projetos e programas financiados com recursos externos (acordos/contratos de empréstimos ou doações). Informar o alcance dos objetivos programados.			Diadm	Não se aplica a esta Suest.
	10- Disponibilizar os seguintes processos de licitação: Modalidade de licitação: entidade Convite: 01.360.326/0001-92 – Intek teleinformática Ltda Convite: 02.947.911/0001-56 – Refriline Engenharia Ltda Dispensa: 00.075.017/0001-08 – Quimil Indústria e Comércio Ltda Dispensa: 10.433.539/0001-98 – Anjos de Freitas Comércio e Serviço Ltda Inexigível: 40.938.508/0001-50 – Maq-Laren Máquinas Móveis e Equip. Inexigível: 00.340.386/0001-80 – Centro de Tratamento da Visão S/S Ltda Pregão: 02.322.136/0001-43 – Combate-Segurança de valores Ltda Pregão: 09.332.395/0001-02 – Líder Eventos e Consultoria Ltda.			Salog	Na ocasião foram disponibilizados pelo respectivo setor os devidos documentos e ou processos para atender a demanda solicitada pela equipe de auditoria nas dependências desta Suest/PB.
	11 – Responder se os programas/Ações sob sua responsabilidade tiveram as informações atualizadas no Sigplan até o dia 15 de fevereiro, conforme disposto no § 1º, DO Art. 18, da Lei nº 11.653, de 7/4/2008.			Diadm	Na ocasião foi emitido resposta para atender a demanda solicitada pela equipe de auditoria nas dependências desta Suest/PB.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

“Não houve ocorrência no período”

O **Quadro 15.2** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no Quadro A.11.1 descrito anteriormente, com exceção dos campos Síntese da providência adotada e Síntese dos Resultados Obtidos que são substituídos pelo campo Justificativa para o seu não cumprimento, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

Quadro 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

“Não houve ocorrência no período”

O Quadro 15.3 abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: Recomendações expedidas pelo OCI, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Quadro 15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

“Não houve ocorrência no período”

O Quadro 15.4 abaixo contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no Quadro A.11.3 descrito anteriormente, com exceção dos campos Síntese da providência adotada e Síntese dos Resultados Obtidos que são substituídos pelo campo Justificativa para o seu não cumprimento, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

Quadro 15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16. Informações contábeis da gestão

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Objetivo: Evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas (UJ).

Estrutura de Informação: A Declaração poderá ser elaborada de três (3) formas distintas, de acordo com o julgamento do Contador: Declaração Plena, Com Ressalvas e Adversa. A primeira, quando as demonstrações contábeis refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão e estão de acordo com os princípios e as normas brasileiras de contabilidade; a segunda, quando a discordância do Contador não seja de tal magnitude que requeira Declaração Adversa; a terceira, quando as demonstrações contábeis não refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e Patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham a sua contabilização regida pela Lei nº 4.320/64 e que sejam usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Referências:

Lei nº 4.320/1964

Observação: A declaração do contador deve ser incluída na parte de anexos ao relatório de gestão.

Observação: Declaração do contador a serem geradas na Cgofi e encaminhadas às Superintendências Estaduais.

Observação: As numerações dos quadros a seguir estão de acordo com a Portaria nº 277 e para manter coerência com o texto, estas foram mantidas. Ressaltamos que após o recebimento do quadros pela Presidência a Suest deverá renumerá-los.

Para o esclarecimento de dúvidas sobre este item entrar em contato com:

Serviço de Contabilidade - Secon

Helvio Francar de Moraes

Telefone: 61 – 33146273 /6411

E-mail: roberto.texeira@funasa.gov.br


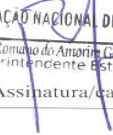
16.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os Quadros 16.1, 16.2, e 16.3, (Plena, Com Ressalva e

Adversa apresentados a seguir); local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Quadro 16.2 - Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado da Paraíba			255015
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRICAO TITULO 104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN. 973 FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.		Data
			21/01/2011
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso		CRC nº
			4763
Ordenador de Despesas	 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Bruno Romão de Amorim Cavalcanti Superintendente Estadual Assinatura/carimbo		

Considerações finais

Este relatório apresenta os resultados obtidos pela Funasa no ano de 2010, tendo como referencial as ações e programas que integram o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, bem como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que atribui à Funasa a responsabilidade de atuação em municípios com população até 50 mil habitantes; e populações vulneráveis das áreas metropolitanas do estado.

Desse modo, o Relatório de Gestão exercício 2010 desta Superintendência, retrata as estratégias de atuação adotadas por esta instituição, em especial no que diz respeito às ações das áreas de Saneamento Ambiental e Engenharia de Saúde Pública sendo, portanto, um material útil não apenas

para avaliação do desempenho institucional, mas também, um instrumento facilitador do acompanhamento do trabalho organizacional, pelo público interno e externo ao setor saúde.

As informações aqui apresentadas foram organizadas de conformidade com os resultados alcançados no exercício, das áreas finalísticas e de gestão da instituição, que possibilitou avaliar as ações programadas e visualizar os resultados obtidos.

Para avaliar os resultados alcançados, foram consideradas as ações previstas no Plano Operacional/2010, o monitoramento das metas do respectivo plano, observando os componentes: técnico, educativo e social.

FUNASA



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA